



EDUCANEC

A EDUCAÇÃO CATÓLICA EM REDE



EDUCAÇÃO 4.0

A revolução digital abre novos caminhos para a escola

ENSINO MÉDIO

O que muda especificamente com a implantação da BNCC?

ENSINO A DISTÂNCIA

O aumento da oferta de cursos EAD no Brasil traz oportunidades e desafios

GAMIFICAÇÃO

Jogos que apoiam a assimilação de conteúdos curriculares ganham força

ELA VAI SER MÉDICA
E VAI CRIAR UM
TRATAMENTO QUE
TRANSFORMARÁ A
QUALIDADE DE VIDA
DAS PESSOAS.



SISTEMA DE EDUCAÇÃO INTEGRAL

Resultados para uma vida profissional.
Valores para uma vida pessoal.



4 EDITORIAL

6 NOTÍCIAS

MURAL

10 Professor do século 21

EDUCAÇÃO BÁSICA

12 Modernização do Ensino Médio

REPORTAGEM ESPECIAL

16 *Fake news*

ENSINO SUPERIOR

18 Grupo de Trabalho de Educação a Distância da ANEC e sua trajetória

22 Potencialidades e limites do ensino a distância

25 Uma ressignificação da Licenciatura

CAPA

28 O desafio da Educação 4.0

36 Uma revolução copernicana na educação

COLUNA

40 Cautela com a Reforma Trabalhista

EVENTOS

44 IV Fórum Nacional de Educação Básica e II Fórum Nacional de Agentes de Pastoral debatem o Ensino Católico no Brasil

44 Seminário de gestão da Anec acontece em quatro cidades do país

BOAS PRÁTICAS

52 Combodesigners

VEM AÍ

52 XI Fórum de Mantenedoras da ANEC abordará inovação e tecnologia em sua programação

58 ESTANTE

Evolução

Vivemos um momento de profundas, rápidas e necessárias transformações tecnológicas, que alguns analistas já definem como sendo “a 4ª Revolução Industrial”. Centradas na Tecnologia da Informação (TI), essas transformações repercutem cada vez mais no processo de ensino-aprendizagem. Então, se estamos falando de uma Revolução Industrial 4.0, precisamos falar também de uma educação 4.0. Este é o tema da capa e de várias matérias desta edição da revista da Anec, que a partir deste número adotou um novo nome: EducANEC.

Os educadores católicos precisam estar preparados para dar respostas significativas aos desafios dos cenários educacionais. Em um discurso proferido no Vaticano em 2011, o Papa Bento XVI já afirmava que a internet, “pela sua capacidade de superar as distâncias e de colocar as pessoas em contatos recíprocos, apresenta grandes possibilidades também para a Igreja e para sua missão”. Esta possibilidade também está posta para a educação católica do Brasil. Na ocasião, o Pontífice acrescentou que a rede mundial, “com o discernimento necessário para um uso inteligente e prudente”, é um instrumento que pode servir para a ação pastoral, incluindo os projetos educacionais e a gestão das instituições.

Nestes novos tempos, o simples acúmulo de conhecimento por parte do educando responde parcialmente à missão de educar para a vida. Nós precisamos trabalhar na superação da era do “ter” para desenvolver a era do “ser” e do “conviver”. Consequentemente, as escolas devem proporcionar um ambiente colaborativo em que os educadores se posicionem como facilitadores de metodologias ativas, que constroem o aprendizado de maneira circular, a partir das habilidades e competências dos educandos. Por isso, os educadores precisam incentivar e mediar o uso de novas tecnologias em sala de aula, de maneira a fomentar a autonomia e o protagonismo dos educandos.

E estes, por sua vez, conectados desde cedo com as novas tecnologias, também estão servindo de estímulo aos educadores. Sim, porque uma geração *makers* aprende de múltiplas formas que exigem autonomia, responsabilidade e currículos mais flexíveis. Enfim, esses protagonistas abandonam o papel passivo que tinham no passado para tornar-se “co-aprendizes”.

As novas tecnologias, portanto, devem ser assimiladas e adaptadas para construir uma verdadeira educação eficaz, inclusiva e igualitária que ajude a bem viver.

Boa leitura!



Jonathan Oliveira

Prof. Dr. Paulo Fossatti, fsc
Diretor Presidente ANEC

Diretoria Nacional

Ir. Paulo Fossatti
(Diretor Presidente)
Ir. Adair Aparecida Sberga
(1ª Vice-Presidente)
Ir. Natalino Guilherme de Souza
(2º Vice-Presidente)
Ir. Marli Araújo da Silva
(1ª Secretária)
Prof. Francisco Angel Morales Cano
(2º Secretário)
Pe. Roberto Duarte Rosalino
(1º Tesoureiro)
Frei Claudino Gilz
(2º Tesoureiro)
Evandro Luís Amaral Ribeiro
(Secretário Executivo)

Conselho Superior

Ir. Irani Rupolo
(Presidente)
Pe. Mário Sundermann
(Vice-Presidente)
Ir. Cláudia Chesini
(Secretária)

Conselheiros

Pe. João Batista Gomes de Lima
(Conselheiro Titular)
Pe. Maurício da Silva Ferreira
(Conselheiro Titular)
Ir. Lioneide Brito da Silva
(Conselheiro Titular)
Ir. Márcia Edvirges Pereira dos Santos
(Conselheira Titular)
Frei Gilberto Gonçalves Garcia
(Conselheiro Titular)
Dom Joaquim Giovanni Mol Guimarães
(Conselheiro Titular)
Ir. Iranilson Correia de Lima
(Conselheiro Suplente)
Ir. Ivanise Soares da Silva
(Conselheira Suplente)
Pe. Josafá Carlos de Siqueira
(Conselheiro Suplente)

Departamento de Comunicação

Ex-Libris Comunicação Integrada
Jornalista responsável: Jayme Brener
(Mtb 19.289-61-SP)
Edição: Cláudio Camargo
Produção: Geralda Privatti e
Jamile Santos Rodrigues
Capa: Carlos Guilherme Alencar

Projeto Gráfico e Diagramação

Regina Beer



Impressão: FTD

Parque gráfico da Editora FTD
(11) 3545-8600
Tiragem: 8000 mil exemplares

A Revista +Educação é uma publicação da Associação Nacional de Educação Católica do Brasil (ANEC)



SEPN Quadra 516, Conjunto D, Lote 09
– Edifício Via Universitatis - 4º Andar
CEP: 70770-524
Telefone: 61 3533-5050
Fax: 61 3533-5070
E-mail: comunicacao@anec.org.br
Site: www.anec.org.br

PARTICIPE DA NOSSA REVISTA

A Revista Informativa Educacional está de cara nova! Um novo nome, um novo projeto gráfico. Tudo feito com o intuito de melhorar ainda mais a relação com você, leitor. E, para aprofundar ainda mais essa relação, este é o momento para convidá-lo a participar conosco e nos ajudar na construção da Revista EducANEC. Tem interesse em sugerir novos assuntos através de notas, reportagens ou indicações de fatos interessantes? Então compartilhe conosco.

Basta enviar um e-mail para: revistaanec@anec.org.br



ANEC realiza II ENCONTRO NACIONAL de PIS e CPAS





Nos dias 16 e 17 de maio a Associação Nacional de Educação Católica (ANEC) promoveu o II Encontro Nacional de Procuradores/Pesquisadores Institucionais (PIs) e Comissões Próprias de Avaliação (CPAs).

Além dos PIs e CPAs, o evento incluiu educadores das Universidades Católicas de todo o Brasil; associadas da ANEC; representantes vinculados ao Ministério da Educação (MEC) e às IES associadas ao CRUB, ABRUC, ABIEE, COMUNG, ANUP e ACAFE, num total de cerca de 80 pessoas. O objetivo do encontro foi debater temáticas ligadas à atuação de procuradores e pesquisadores institucionais e às Comissões Próprias de Avaliação, em especial o Decreto 9.235; as novas Portarias e os novos Instrumentos de Avaliação.

Integraram a mesa de abertura o Presidente da Associação Nacional de Educação Católica, Ir. Paulo Fossatti; a Vice-Presidente da Associação Nacional das Universidades Particulares (ANUP), Elizabeth Guedes; o representante da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES), Rubens de Oliveira; a Presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), Maria Inês Fini; e o diretor da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), Luiz Alberto Rocha de Lira.

O gerente da Câmara de Ensino Superior da ANEC, James Pinheiro, destacou o encontro como oportunidade de articulação dos PIs e CPAs. “Conseguimos agregar valor para os dois públicos e alcançar o objetivo do evento, que foi a mobilização das nossas IES tendo em vista o trabalho em conjunto; o compartilhamento de ideias e ações, além de dar mais visibilidade à ANEC frente a todos os órgãos de educação que estão aqui reunidos”, afirmou.

No encontro, o MEC ofereceu atendimento e consultorias. Para a professora Maria Adelaide Santana Chamusca, representante do NAPI/SERES, é muito importante a conexão da secretaria com as instituições de ensino. “Nós criamos um canal de transmissão participando de eventos como este. Queremos capacitar mais pessoas e torná-las mais profissionais em seus setores”, enfatiza.



Fórum ANEC de Ensino Médio leva FORMAÇÃO A GESTORES

No início de maio, a ANEC promoveu um espaço aberto para debates e reflexões sobre o novo Ensino Médio (EM). Com o apoio da Universidade Católica de Brasília (UCB), foram realizadas palestras e salas de discussões que levaram ao público o fundamento teórico para a implementação do novo modelo educacional.

Para a gerente da Câmara de Educação Básica, Roberta Guedes, o momento exige a participação conjunta de todos os educadores, uma vez que há lugar e espaço

de fala para todos. “É fundamental dialogar para o bem comum. É necessário também conhecer o que se discute para unificar opiniões. Esclarecimentos devem ser seguidos de debates para a implantação efetiva de uma educação social de qualidade”, reforça Roberta.

A diretora pedagógica do Colégio Maria Imaculada, Maria Rosângela Viegas, ressaltou a fecundidade das discussões: “o debate nos fortaleceu, ajudando a esclarecer dúvidas e superar dificuldades. Foi uma grande troca de ideias e conhecimentos”, finalizou.



Dilnei Lorenzi, Pró-Reitor da UCB, ressaltou a relevância da participação da ANEC em discussões importantes sobre educação no cenário nacional. “O papel da Associação neste momento é fundamental, por ser quem nos representa em todo o segmento da educação católica. Foram identificadas as dificuldades de operação nesse novo cenário. Nesse sentido, foi essencial esse espaço de discussão sobre a nova Lei do Ensino Médio, oferecido pelo MEC”.

Supremo Tribunal Federal discute idade mínima de ingresso no Ensino Fundamental

Desde 2012 foi estabelecido pelo Conselho Nacional da Educação (CNE) que a idade mínima para o ingresso de crianças no Ensino Fundamental é de seis anos completos até o dia 31 de março do ano referente à matrícula. Apesar dessa determinação, muitos pais têm conseguido que seus filhos ingressem no Ensino Fundamental antes da idade determinada pelo MEC por meio de liminares na Justiça. Em razão dessas liminares, a caso foi parar no Supremo Tribunal Federal (STF).

Iniciado em setembro de 2017, o debate foi interrompido em maio último em razão de um pedido de vista do ministro Marco Aurélio Mello. O plenário do STF ficou dividido: para os ministros Alexandre de Moraes, Dias Toffoli, Edson Fachin e Rosa Weber, a medida determinada pelo CNE é irregular por limitar o acesso ao Ensino Fundamental. Em contrapartida, Gilmar Mendes, Luíz Fux, Luíz Roberto Barroso e Ricardo Lewandowski votaram de forma positiva à norma, pois acreditam que as regras em vigor são parte de uma política pública e não devem ser alteradas pelo Judiciário.

Atualmente, o Ministério da Educação tem autonomia para estabelecer esta restrição de idade, adotando assim uma política abrangente em todo o território nacional. Para a educadora de Ensino Fundamental Kiane Barros, estabelecer idade mínima para o ingresso ainda é necessário, pois “essa é uma forma de garantir que as crianças sejam matriculadas nas escolas”. Apesar disso, a professora acredita que as instituições devam ter autonomia para analisar cada matrícula de forma individual.

A votação no STF ainda não tem data para ser retomada, mas a ANEC reforça seu compromisso em acompanhar a resolução do caso, com o objetivo de municiar suas associadas com todas as informações sobre esse tema fundamental.



O professor do século 21

Nesta época de constantes inovações tecnológicas, a educação também sofre grandes transformações. Uma das mais notáveis é que os alunos, cada vez mais conectados, acabam impulsionando o desenvolvimento dos professores.

“Estamos diante de uma mudança mais cultural ou paradigmática do que técnica, de métodos de ensino e aprendizagem”, analisa Marcos André Silveira Kutova, mestre em Ciência da Computação pela Universidade de São Paulo (USP), diretor de Ensino a Distância e professor do departamento de Ciência da Computação da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas).

É a chamada Educação 4.0, que impulsiona uma evolução no sistema de ensino e, principalmente, colabora para modificar o perfil dos professores deste século 21. Para Marcos, no mercado globalizado a inovação potencializa a cooperação.

“Esta é a geração da transição, que demanda currículos flexíveis, maior autonomia dos alunos, metodologia de ensino baseada na co-criação e uma avaliação da aprendizagem negociada entre alunos e professores”, avalia. Na Educação 4.0, o estudante é um co-aprendiz, deixando de ser um indivíduo passivo. “Os alunos são parceiros dos professores e, juntos com estes, buscam o aprendizado.



Shutterstock

A palavra-chave dessa geração é a o aprendizado colaborativo”, explica.

“A Educação 4.0 é menos controladora e demanda uma escola menos estruturada, com conteúdo significativo, sala de aula versátil e conectada”, diz.

Hoje, a prática de aulas *online* convive com as aulas presenciais, constata Kutova. Nas aulas *online*, os professores utilizam um ambiente virtual de ensino. “O professor estrutura seu processo de ensino apoiado em um repositório de conteúdos multimídia e com total interação com os alunos”, diz. Para ele, a Educação 4.0 também valoriza os testes e avaliações.

O ambiente virtual permite a personalização da aprendizagem (conte-

údo, atividade, ritmo). “O aluno deve desenvolver sua autonomia por meio do ambiente. A internet é uma extensão do ambiente e os alunos ajudam a construí-lo”, analisa o professor.

Nas aulas presenciais da Educação 4.0, a sala de aula abriga interações mais dinâmicas e complexas do que os métodos convencionais. “A aprendizagem é colaborativa, permitindo a realização de atividades sofisticadas, com metodologias ativas”. Segundo Kutova, o professor do século 21 deve adotar uma abordagem educacional que leve em conta o perfil dos alunos da era digital. “Os alunos de hoje nasceram na era digital e aprendem a fazer fazendo. Eles são movidos por meio de experiências e vivências”, enfatiza o professor.

Outra característica do aluno contemporâneo que deve ser considerada pelo professor são os *feedbacks* contínuos. “Além de saber qual é o resultado esperado, é importante que os alunos continuamente saibam se estão caminhando na direção correta, ou se estão na rota errada. Seguir o caminho errado leva à perda do esforço e, conseqüentemente, à frustração – um sentimento oposto ao que se busca”, ensina.

Kutova insiste que o aluno deve ser um participante ativo do processo de ensino-aprendizagem em vez de se comportar como um mero ouvinte ou espectador passivo. Por sua vez, o professor estimula a aquisição de

habilidades também pela repetição, muito importante na aquisição de habilidades e na retenção da aprendizagem. “O reforço é importante; isto é, as respostas desejáveis e corretas devem ser recompensadas”, diz.

Kutova enfatiza que o comportamento inovador pode ser aprimorado por meio técnicas como a imitação de modelos, oferta de sugestões e dicas e da modelagem.

“O impulso é importante na aprendizagem, mas nem tudo se resume a ele. Conflitos e frustrações surgem inevitavelmente no processo de aprender temas difíceis e em situações em que motivos irrelevantes podem aparecer”, afirma. E ele acrescenta que o professor do século 21 deve reconhecer e apoiar a solução desses conflitos e frustrações.

Kutova afirma que as características dos problemas dados aos alunos são condições importantes para a compreensão desses problemas. “Portanto, um problema de aprendizagem deve ser estruturado e bem apresentado para que possa ser resolvido pelos alunos”.

Nesse contexto, a organização do conhecimento deve ser uma preocupação essencial do professor, “de modo que o avanço do simples para o complexo não seja feito de partes desconectadas e sem sentido para um todo mais significativo, mas sim de um todo simples para um todo mais complexo”.

Ensino Médio rumo ao Ensino Superior: a modernização dos últimos anos escolares

Por **Yago Mendes**





De acordo com o MEC, as mudanças trazidas pela BNCC têm o objetivo de melhorar os índices educacionais do País

O novo Ensino Médio ganhou forma e está para entrar em vigor até 2019. Com o objetivo de modernizar a educação do País, o Conselho Nacional de Educação (CNE) e o Ministério da Educação (MEC) elaboraram a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), um documento que ainda está em fase de aprovação. A BNCC busca nortear o ensino em todas as escolas, englobando todas as fases da Educação Básica, Infantil e Ensino Médio, de modo a aprimorar o sistema educacional para torná-lo mais adequado e atrativo para os estudantes. Mas o que muda especificamente no Ensino Médio com a implantação da BNCC?

NOVA DIVISÃO

A BNCC é uma referência dos objetivos de aprendizagem; uma ferramenta para orientar a elaboração dos currículos das escolas, sem ser ela mesma um currículo. Caberá às escolas estabelecer de que maneira os conteúdos serão passados aos alunos. O sistema adotado prevê as seguintes áreas de conhecimento: Linguagens e suas tecnologias; Matemática e suas tecnologias; Ciências da Natureza e suas tecnologias; e Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. O aluno poderá escolher as áreas de conhecimento com que mais se identifica; mas o aprendizado de Matemática, Língua Portuguesa e Língua Inglesa continuará sendo obrigatório para os três anos de formação do Ensino Médio.

A não obrigatoriedade das demais matérias não implica que estas estejam fora da grade curricular; apenas significa que passarão a compor as áreas de conhecimento previamente estabelecidas. Desta maneira, o aluno trabalhará a base de disciplinas fixas, que seriam as matérias obrigatórias citadas acima; e as optativas, aquelas que ele escolherá.

Wisley Pereira, coordenador-geral de Ensino Médio do MEC, acredita na importância de vermos as mudanças em questão como uma forma de estimular os es-



tudantes, destacando as áreas com as quais mais se identificam. “A reformulação não cortará matérias. A ideia geral é adequarmos o ensino de modo que ele seja mais proveitoso para cada aluno de acordo com suas especificidades e afinidades”.

Essas mudanças foram pensadas, segundo o MEC, com base no baixo desempenho que o Brasil vem apresentando em indicadores educacionais como o Ideb (Indicadores de Desenvolvimento da Educação Básica) e o Pisa (Programa

Internacional de Avaliação de Alunos). Os números destes índices mostraram que, nos últimos anos, o ensino no país, particularmente o Ensino Médio, permanecia estagnado e, portanto, longe de atingir as metas estabelecidas.

O FUTURO DO ENEM

Em consequência da reformulação do Ensino Médio pela adoção da BNCC, o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) também sofrerá mudanças. Segundo Wisley, essas

mudanças devem ser colocadas em prática até 2020. “Não podemos trabalhar com uma mudança no Ensino Médio sem, diretamente, alterarmos a maneira de avaliação dos estudantes para ingressar nas universidades. O Enem certamente sofrerá, em um determinado momento, alterações em seu modelo de aplicação. Conforme a Base Nacional Comum Curricular for sendo implementada, poderemos trabalhar melhor e pensar em um Enem mais apropriado. Porém,



“

A reformulação não cortará matérias. A ideia geral é adequarmos o ensino de modo que ele seja mais proveitoso para cada aluno, de acordo com suas especificidades e afinidades

”

estão sendo colocadas em prática. Entretanto, as redes de ensino terão liberdade para trabalhar em estruturas diferentes, desde que seja cumprida, nestes três anos, a carga disciplinar mínima.

Uma novidade: devido ao aumento de 600 horas na grade curricular obrigatória, que passará de 800 horas para 1,4 mil horas ao ano, estima-se que muitas esco-

las passem a adotar, de forma gradual, o ensino integral. De acordo com o Conselho, ficará a critério de cada escola optar ou não pelo ensino integral, já que tal medida não é exigida por lei.

Outra mudança essencial no modelo de aprendizado atual, tanto público quanto privado, é a inserção de uma formação técnica para os alunos do Ensino Médio. O objetivo é aumentar as chances dos alunos de ingressar mais rapidamente no mercado de trabalho.

Com todos esses elementos, o novo Ensino Médio pode representar uma possibilidade de mudança real nos pontos cruciais. “Se apropriadamente colocadas em prática, estas medidas permitirão que a formação da próxima geração brasileira seja condizente com as demandas sociais e justa com as mais diversas classes”, acredita Roberta Guedes, gerente da Câmara de Educação Básica da ANEC. ©

nenhuma dessas mudanças será colocada em prática ainda este ano; são ações para mais adiante”, ressalta.

A APLICAÇÃO

Ainda que a BNCC não tenha data certa para implantação definitiva, devido à necessidade de finalizar as discussões sobre o projeto, Eduardo Deschamps, presidente do CNE, garante que haverá um trabalho de fiscalização nas escolas para conferir se as mudanças



FAKE NEWS

entre a velocidade e a veracidade das informações

Por **GT de Comunicação da ANEC**


Em 24 de janeiro de 2018, o Papa Francisco divulgou sua mensagem para o Dia Mundial das Comunicações deste ano, celebrado em 13 de maio com o tema “A verdade vos tornará livres (Jo 8, 32) – *Fake news* e jornalismo de paz”. Tanto o tema quanto a data de divulgação da mensagem apontam questões fundamentais sobre como comunicar com ética e eficiência nos dias de hoje.

O 24 de janeiro é o dia de São Francisco de Sales, que utilizou diversos meios para propagar o Evangelho, seja presencialmente ou por meio de escritos. O mesmo Francisco de Sales, padroeiro dos jornalistas e escritores, inspirou o educador Dom Bosco que criou e nomeou a

congregação salesiana. Cada um, em sua época, soube criar e explorar recursos comunicativos para alcançar e unir pessoas.

Mas a mesma comunicação que permite o diálogo e a união pode ser parcial e fragmentada; tanto que o comunicado do Papa ressalta a importância de um “discernimento profundo e cuidadoso” diante de tantas informações, já que uma notícia pode se espalhar antes mesmo que sua veracidade seja atestada.

O cientista político e doutor em Filosofia Elton Gomes, docente da



A disseminação de informações sempre implicou percalços, como boatos, informações desencontradas ou tentativas de manipulação

Faculdade Damas de Instrução Cristã, lembra que a disseminação de informações sempre implicou percalços como boatos, informações desencontradas ou tentativas de manipulação – incidentes registrados na literatura greco-romana e que ainda ocorrem nos dias de hoje. “A escala e a velocidade com que isso acontece hoje é algo sem paralelo na história. Como os processos são acelerados graças à tecnologia da informação, as pessoas, ao mesmo tempo em que atribuem muita credibilidade às informações que recebem, também não se dão ao trabalho de conferir a sua autenticidade”.

Em dezembro de 2016 circulava pelas redes sociais a convocação para um protesto político, a favor do *impeachment* da então presidente Dilma Rousseff. A mensagem, direcionada aos católicos, foi erroneamente atribuída ao Cardeal Dom Odilo Pedro Scherer, Arcebispo Metropolitano de São Paulo – e, até que a verdade viesse à tona, o conteúdo foi amplamente divulgado. Este e outros episódios semelhantes exemplificam um estudo recente do Instituto de Tecnologia de Massachusetts (MIT, nos Esta-

dos Unidos), cujos resultados indicam que as notícias falsas têm 70% mais chances de viralizar do que as verdadeiras.

A pluralidade de fontes e opiniões compõe um ciberespaço público no qual todos nós somos receptores, emissores ou replicadores de conteúdo. Ainda que a qualidade e a credibilidade dessas informações possam ser comprometidas pela primazia do tempo – assim como a liberdade de expressão pode se tornar tendenciosa em vez de democrática – é possível superar as limitações e explorar os recursos de comunicação de maneira positiva, com ética e profissionalismo.

A jornalista e assessora de imprensa Lílian de Paula, do Centro Universitário Salesiano de São Paulo (UNISAL), considera que “a tecnologia, utilizada para o bem, é incrível. Em nossa rotina diária, ouvimos muitas vozes, muitas interpretações e versões dos fatos. Temos de ter um olhar positivo para as notícias (...), o que não quer dizer que também não devemos nos posicionar fortemente em situa-

ções aparentemente ruins. Acho que devemos nos posicionar sempre; isso mostra verdade, mostra preocupação com a comunidade que ajudamos a formar”.

É preciso que cada um seja criterioso e consciente diante dos fatos, para desafiar a pressa e estimular não só a capacidade de absorção de informações como também a reflexão. A mesma tecnologia utilizada para semear falsas informações também pode favorecer o encontro, a troca e a inclusão. Nas palavras de Luís Mauro Sá Martino, doutor em Ciências Sociais e autor do livro *Teoria das mídias digitais: linguagens, ambientes e redes*, “o mundo da tecnologia só ganha sentido quando é parte da vida humana”. E, como a mensagem do Papa nos alerta, é possível reconhecer e combater a desinformação e suas consequências, assumindo a responsabilidade por aquilo que desenvolvemos e/ou compartilhamos, seja em nosso círculo familiar, profissional ou nesta ampla esfera pública mundial em que (con) vivemos.®

Grupo de Trabalho de Educação a Distância da ANEC e sua trajetória de ações junto às IESC



Rose Mary Almas de Carvalho

Coordenadora de EaD da Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC Goiás)

Taize de Andrade Machado Lopes

Coordenadora de EaD da Universidade Franciscana (UFN)

Jeferson Pistori

Diretor de EaD da Universidade Católica Dom Bosco (UCDB)

Francis Karol Gonçalves de Almeida

Coordenadora de EaD da Universidade Católica de Salvador (UCSAL)



As parcerias são cada vez mais utilizadas por empresas públicas ou privadas para o desenvolvimento de projetos e ações, seja no âmbito econômico, político, cultural ou social. No campo da Educação, a união entre instituições de ensino está associada à pesquisa, ao ensino e à gestão. Nesse cenário, evidenciam-se as parcerias na oferta de cursos na modalidade de Educação a Distância (EaD), favorecendo o compartilhamento de experiência, otimizando recursos e, conseqüentemente, contribuindo para o crescimento na área de formação de convênios e consórcios.

Nessa perspectiva foi proposto, no ano 2000, o Convênio de Cooperação e Intercâmbio Científico e Tecnológico entre as Instituições de Ensino Superior Católicas (IESC) brasileiras, denominado Comunidade Virtual de Aprendizagem – Rede de Instituições Católicas de Ensino Superior (CVA-RICESU), em reunião realizada na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), tendo participado, também, a Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), a Universidade La Salle (UNILASALLE), a Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR) e a Universidade Católica de Brasília (UCB). Inicialmente, firmaram o convênio as IESC presentes nesta reunião; mas, no decorrer dos anos, novas IESC aderiram a esse convênio, também indicando um representante para participar das reuniões e desenvolver ações conjuntas na CVA-RICESU.

Posteriormente, realizou-se uma reunião na UCB, com a participação das IESC conveniadas e, nesse momento, ocorreu também a adesão da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas). Segundo Romeiro *et al* (2011), “foi nessa reunião que a Rede efetivamente ganhou uma identidade, um nome, uma imagem, um coordenador e um Conselho Gestor (formado por um representante de cada uma das IESCs participantes, indicado pelo Reitor)”. Entre as futuras ações que

seriam desenvolvidas, destaca-se a elaboração do Regimento Interno do Conselho Gestor da CVA-RICESU, documento que regulamentou a organização e o funcionamento administrativo até o ano de 2014.

Nesse cenário, a CVA-RICESU nasceu com o objetivo de desenvolver o pensamento crítico, o espírito de solidariedade, a cooperação e a autonomia, por meio da construção do conhecimento. Essa Rede fun-

damentava-se, portanto, no espírito humanista e ético, tendo como compromisso a diversidade, o pluralismo de ideias e a formação integral do ser humano (ROMEIRO *et al*, 2011). Destaca-se que, na época, a sua finalidade principal era o desenvolvimento de processos e produtos baseados na interação e inovação educacional, visando o compartilhamento e oferecimento de novos espaços de aprendizagem mediados pelas Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC). Também é importante destacar que muitas IESC parceiras se inseriram e fortaleceram suas ações na modalidade de Educação a Distância, subsidiadas por reflexões e discussões realizadas em um contexto de compartilhamento de informações, experiências e conhecimentos.

Durante o funcionamento da CVA-RICESU, segundo Romeiro *et al* (2011), inúmeros projetos foram desenvolvidos, como a revista *Colabora* (periódico eletrônico com corpo editorial); a Biblioteca Digital de Conteúdos (teses, dissertações e artigos de periódicos das IESC



consoiciadas); a Ilha RICESU, construída no Metaverso Second Life, onde foram realizadas algumas reuniões, palestras, dentre outros; cursos de extensão (oferecidos à comunidade docente das IESC conueniadas ou a terceiros); material em formato *Web*, desenvolvido para disciplinas da graduação; apoio e organização de eventos nacionais e internacionais; atividades na área da inclusão digital; parcerias com instituições públicas e privadas de origem nacional e internacional; e compartilhamento de ambientes colaborativos e infraestrutura tecnológica, física, administrativa e, principalmente, de recursos humanos altamente especializados.

Com a criação da Associação Nacional de Educação Católica do Brasil (ANEC), em 2008, vinda da junção da Associação Nacional de Mantenedoras de Escolas Católicas do Brasil (ANAMEC), Associação de Educação Católica do Brasil (AEC) e Associação Brasileira de Escolas Superiores Católicas (ABESC), e depois de um tempo ainda como RICESU, os reitores decidiram no ano de 2014, que a partir daquela data, o grupo comporia a ANEC como GT EaD. Atualmente, 33 IES fazem parte do GT EaD: Universidade Católica Dom Bosco (MS), Faculdade Salesiana Maria Auxiliadora (RJ), Faculdade Palotina (RS), Universidade Católica de Salvador (BA), Universidade La Salle (RS), Universidade São Francisco (SP), Centro Universitário São Camilo (SP), Centro Universitário Claretiano (SP), Faculdade Católica de Tocantins (TO), Faculdade Dom Luciano Mendes (MG), Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (MG), Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (RS), Pontifícia Universidade Católica do Paraná

É importante destacar que muitas IESC parceiras se inseriram e fortaleceram suas ações na modalidade de Educação a Distância subsidiadas por reflexões e discussões realizadas em um contexto de compartilhamento de informações, experiências e conhecimentos

(PR), Universidade do Vale do Rio dos Sinos (RS), Universidade Franciscana (RS), Universidade Católica de Pelotas (RS), Universidade Católica de Brasília (DF), Pontifícia Universidade Católica de Goiás (GO), Faculdade Católica de Feira de Santana (BA), Universidade Católica de Pernambuco (PE), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (SP), Centro Universitário Católico de Santa Catarina (SC), Pontifícia Universidade Católica de Campinas (SP), Faculdade João Paulo II (RS), Centro Universitário Salesiano (SP), FAE Centro Universitário (PR), Fa-

culdade Padre João Bagozzi (PR), Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (RJ), Faculdade Santa Marcelina (SP), Faculdade Dom Bosco de Porto Alegre (RS), Faculdade Católica de Rondônia (RO), Centro Universitário Tereza D'Avila (SP) e Centro Universitário de Vitória (ES).

Entre as principais ações desenvolvidas pelo grupo estão o compartilhamento de polos de apoio presencial para aplicação de provas e o compartilhamento de bibliotecas digital e física. Além disso, nas reuniões presenciais e *online*, o grupo partilha experiências acerca da oferta de cursos a distância, realiza análises da legislação para a modalidade EaD, discute questões ligadas à gestão, *marketing*, produção de materiais, entre outras. Entre os principais resultados obtidos pela nova composição do GT estão a organização do evento Dia da EaD, comemorado em 27 de novembro, a participação coletiva no Congresso Internacional da Associação Brasileira de Educação a Distância (ABED), com presença de membros do GT em mesas temáticas; apresentação de relatos de experiência e trabalhos científicos, além do compartilhamento, pela via convênios, de conteúdos didáticos digitais entre as ISEC.

Finalmente, pode-se dizer que a cooperação promovida pelo GT tem colaborado para a expansão com qualidade da EaD nas IESC, na medida em que os gestores compartilham experiências, recursos, conhecimentos e promovem projetos interinstitucionais, contribuindo para a democratização do ensino por meio da modalidade de Educação a Distância. ©

Ensino a distância: potencialidades e limites

O aumento da oferta de cursos EaD no Brasil traz grandes oportunidades à educação, mas também imensos desafios aos alunos e educadores

As tecnologias de informação e comunicação se aprimoram e se popularizam a uma velocidade alucinante. Para acompanhar essa dinâmica, as instituições de ensino aceleram a oferta de cursos em diversas áreas e níveis de ensino: Graduação, Pós-graduação e cursos de formação continuada.

De acordo com o Censo da Educação Superior de 2016, do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), ao contrário do ensino presencial, que vem registrando queda no número de matrículas, o ensino a distância (EaD) teve expansão de 7,2%.

De 2011 a 2015, a oferta de cursos EaD cresceu 51% nas instituições privadas, segundo o mais recente Censo EAD.BR, realizado pela Associação Brasileira de Educação a Distância (Abed) em 2017. O estudo revelou também que 31%

das 341 instituições entrevistadas tinham planos de aumentar seus investimentos em formações totalmente *online* em 2017.

“O Ministério da Educação (MEC) já publicou o novo Marco Regulatório da EaD (Decreto 9.057, de 25 de maio de 2017), flexibilizando as regras para oferta de cursos superiores na modalidade

de EaD”, explica Taíse Lopes, coordenadora da Unidade de Educação a Distância da Universidade Franciscana, de Santa Maria, no Rio Grande do Sul, e membro do GT EaD da ANEC.

Conforme dados da Abed, o ensino a distância no Brasil cresceu de 60 mil alunos matriculados, em 2004, para impressionantes 1,5 milhão



De 2011 a 2015, a oferta de cursos EaD cresceu 51% nas instituições privadas

em 2016. Segundo Taíse Lopes, esse crescimento se deu tanto pela democratização da internet quanto pelas inúmeras vantagens em cursos EaD: flexibilidade no horário e local destinados ao estudo, principalmente para os estudantes que trabalham; uso de diferentes recursos pedagógicos como videoaula, audioaula, objetos de aprendi-

zagem, entre outros; utilização de metodologias ativas; ambientes virtuais atrativos e personalizados pelas instituições etc.

“Não se pode negar também que os valores mais baixos cobrados pela maioria dos cursos a distância atraem estudantes que têm desejo de ter uma graduação ou especialização, mas não têm con-

dições de pagar o curso presencial e os custos do deslocamento. Também podemos dizer que, como cada vez mais a tecnologia está inserida em nosso cotidiano, é natural que as pessoas a usem também para aprender. Esses e outros fatores, conjugados ao desejo de crescimento pessoal e profissional explicam a ampliação da EaD na última década”, explica a coordenadora Taíse Lopes.

Ela destaca que, hoje, as crianças fazem buscas por vídeos na internet com a maior naturalidade. “Um dia desses, o filho de seis anos de uma amiga me fez uma pergunta que eu não soube responder. Então, ele me disse naturalmente: ‘busca na internet!’ Portanto, isso tudo combinado nos leva ao desejo de que a EaD cresça cada vez mais nas Instituições de Ensino Superior (IES) católicas, primando pela qualidade ofertado no presencial e observando sempre os princípios e valores presentes na educação católica. Desta forma, continuaremos colaborando com a democratização do ensino superior e o desenvolvimento socioeconômico do país”, diz Taíse Lopes.

A professora avalia que o novo Marco Regulatório da EaD flexibiliza também as regras para abertura de polos de educação superior a distância no País. “Para oferecer

cursos superiores a distância as instituições devem ser credenciadas para isso e ter Conceito Institucional igual ou maior a 3. Isso está claramente descrito no art. 12º da Portaria 11/2017 do MEC. Ou seja, a autonomia para abertura de novos polos está condicionada ao resultado do Conceito Institucional”, explica.

A professora esclarece que os polos são específicos para atendimento de estudantes da modalidade EaD. De acordo com o artigo 5º, do Decreto 9.057/2017, no polo são desenvolvidas as atividades presenciais dos cursos a distância. Isso também está claro no artigo 10º da Portaria 11/2017.

“Nesse contexto, é importante destacar que a flexibilização da legislação e a conjuntura atual do

País, em minha opinião, trazem uma nova configuração para os polos, que precisam ser dinâmicos para promover diferenciais para o estudante, inclusive auxiliando a sede, na divulgação de cursos e captação de alunos. Esse é um acordo que deve se estabelecer entre polo e sede, e que beneficia a todos”, acrescenta.

Segundo ela, é preciso que as IES não descuidem das exigências de infraestrutura tecnológica, física e de pessoal para os polos, necessários ao atendimento adequado dos estudantes. Isso é muito importante, na medida em que, conforme a Portaria 11/2017, instituições com conceito 3 poderão abrir até



50 polos anualmente. Para as IES com conceito 4 e 5, esse número se eleva para 150 e 250, respectivamente. Mas, é imprescindível expandir com qualidade.

Enfim, a sorte, e os desafios estão lançados! E, como disse Peter Drucker, se não podemos prever o futuro, podemos criá-lo. ©

Ampliando a rede de serviços para as entidades confessionais.



Faça contato!

axisinstituto.com.br

exactusaudidores.com.br
laborumcontabilidade.com.br
maxiz.com.br



Uma ressignificação da Licenciatura?

A BNCC oferece a oportunidade de os professores fazerem a mediação entre a formação docente e as necessidades em sala de aula

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) pode ser um gatilho para a implementação de políticas que tragam um impacto positivo nas licenciaturas. O quadro atual é histórico: há um desafio para o estabelecimento do diálogo entre as propostas curriculares de formação docente e as necessidades do cotidiano da escola, no sentido do aprimoramento do processo ensino-aprendizagem. A análise é de Luciane Pedro, mestre em Educação que atua como coordenadora do curso de graduação em Pedago-

gia e de pós-graduação em Psicopedagogia no Centro Universitário São Camilo-SP.

Ao comentar uma possível ressignificação da Licenciatura, a professora avalia que um dos principais hiatos entre as propostas curriculares de formação docente e as necessidades do cotidiano da escola é a articulação entre a teoria e a prática.

“Não basta a formação acadêmica apenas ater-se ao domínio do conteúdo. Há também que se trabalhar uma boa base didática para que o futuro docente saia do Ensino Superior e chegue à sala de aula preparado para mediar o processo de ensino-aprendizagem desse conteúdo”, analisa a professora.

Segundo ela, a formação inicial do docente tem dificuldades em dar conta até do domínio do conteúdo e em fazer a transposição desse conteúdo para o chão da sala de aula. “Então, na minha visão, se não revertermos esse quadro, a distância entre a proposta pedagógica acadêmica dos professores e o que

é exigido nos currículos escolares será abismal”, afirma.

Luciane Pedro lembra que a BNCC não é um documento que orienta a formação de professores, mas, ao definir o conjunto de aprendizagens consideradas essenciais para todos os alunos, ela estabelece a necessidade de a formação na universidade dialogar com os conteúdos pressupostos no conjunto dessas aprendizagens comuns exigidas. “Este vai ser, inclusive, um dos desafios, entre outros, para a próxima fase que virá, que é a da implementação da BNCC”, antecipa.

Para Eliene Constancia Pereira Lima, a BNCC tem foco nas decisões pedagógicas e orienta para o desenvolvimento de competências, mas, para isso, “as escolas precisam dialogar, comunicar-se com a comunidade educativa, pais e alunos, criando estratégias de gestão para envolver os maiores interlocutores, garantindo as discussões e implementações”.

A professora acrescenta que os impactos da BNCC são vários, desde a redefinição da proposta pedagógica da escola, na prática e na avaliação do processo e na estrutura física das escolas até as licenciaturas, o perfil do estudante, a formação do professor e a definição do currículo.

Eliene Constancia observa que, na prática, há uma contradição entre o que a BNCC versa e o que existe de concreto para a complementação da escolarização. “As universidades não dialogam com o currículo da escola”, diz Eliene.

Em sua opinião, o Brasil vive uma histórica valorização do professor, porém o maior desafio está na formação deste. “Os cursos de licenciaturas devem sofrer alterações para atender às exigências da BNCC; criar oficinas práticas; quebrar protocolos; preparar os profissionais para a sala de aula”, complementa a professora, acrescentando que, em linhas gerais, o estágio supervisionado docente hoje é frágil.

A professora Luciane Pedro atenta que, em sua introdução, a BNCC coloca claramente que a primeira tarefa da esfera federal para a efetivação da Base é a revisão da formação inicial e continuada dos professores a fim de alinhá-la ao documento. “Então, poderá haver um movimento de aproximar essa proposta da BNCC ao currículo de formação docente nos cursos superiores, a partir de novas diretrizes curriculares voltadas para as licenciaturas, propondo atualizações nas matrizes curriculares desses cursos, talvez também em suas dinâmicas de funcionamento, carga horária, estágio e metodologias. Temos que aguardar”, diz.

Luciane Pedro analisa que, no Ensino Superior, já se nota um mo-



Há uma forte discussão no Ensino Superior sobre a necessidade de incorporar novas metodologias



vimento para romper com a lógica do ensino fragmentado, muito teórico e distanciado da prática. No entanto, esse movimento se dá mais nos cursos de Pedagogia, voltados para a docência na Educação Infantil e os anos iniciais do Ensino Fundamental. “Nas licenciaturas, os modelos nos quais os alunos podem se espelhar estão muito atrelados ao quadro negro e às metodologias tradicionais de ensino”, adverte a professora.

Para ela, as diretrizes atuais para a formação docente já pressupõem esses novos rumos, aumentando o tempo de formação, colocando muita ênfase na interlocução entre teoria e prática e na interdisciplinaridade. “Também assistimos no Ensino Superior uma forte discussão, não só nas licenciaturas, mas em outros cursos também, sobre a necessidade de incorporação de novas metodologias, como as metodologias ativas, em que os alunos passam a ser os protagonistas”, explica.

Em sua avaliação, dadas as estreitas relações entre o currículo da educação básica e o sistema de formação de professores, a BNCC exigirá mudança e adequação nos cursos de licenciatura.

Luciane Pedro acredita que as licenciaturas, especialmente volta-

das para a formação de professores especialistas que atuarão nos anos finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio, adotem formatos diferenciados dos bacharelados. Ela sugere que sejam incorporadas questões mais práticas nos cursos, voltadas para as metodologias e a didática e não só domínio teórico dos conteúdos.

Ela salienta que o que se defende é uma prática fundamentada, “traduzida pelo fazer pensado e pensar fazendo. Ou seja, sei fazer e sei por que fazer”, conclui.

A professora acrescenta, ainda, que também são necessárias mudanças nas metodologias e nas posturas dos professores formadores que estão nas universidades. “Nos pautamos muito, ainda, pela lógica da exposição e da memorização. Teremos de fazer a transposição disso para uma mediação pedagógica mais prática. E esse foco nas competências e habilidades, dado no documento, pressupõe o trabalho a partir de resoluções de problemas em contextos mais realistas e não só na transmissão de conceitos e definições, como estamos habituados”, diz.

Ela relata que é recorrente e necessária a discussão quanto à “simetria invertida ou, como alguns preferem denominar, homologia do processo, na formação de professores-educadores”. A mestra em Educação pondera que, se a sociedade e os documentos norteadores exigem cada vez mais professores que atuem de forma interdisciplinar, que baseiem suas decisões pedagógicas orientadas para o desenvolvimento de competências e habilidades, é necessário proporcionar aos futuros professores-educadores uma formação estruturada e organizada a partir dos referidos princípios. ©



FÓRUM NACIONAL DAS IES CATÓLICAS

PARANÁ - 2018

Sistema de Avaliação, Acreditação
e Financiamento do
Ensino Superior, educando ao
humanismo solidário.

DATA:
16 e 17
de agosto
de 2018



VAGAS LIMITADAS

Local: FAE Centro Universitário
Rua Visconde de Guarapuava, 3263
Centro, Curitiba/PR

Investimentos e outras informações
anec.org.br/forumies2018

Patrocínio



Organização



Apoio







Educação para o futuro que já chegou

A Educação 4.0 surge como resposta aos desafios da chamada 4ª Revolução Industrial e está modificando radicalmente a maneira de ensinar e aprender

| Por Geralda Privatti

Vivemos um período de grandes transformações em ritmo acelerado, promovidas pelo avanço das tecnologias digitais, que popularizaram termos como inteligência artificial, internet das coisas, robótica e programação. Diante dessa enorme evolução tecnológica em curso, abrem-se grandes possibilidades para o desenvolvimento de uma aprendizagem dinâmica, com novos caminhos e perspectivas para a escola.

Em um mundo onde a internet se torna cada dia mais acessível, a evolução tecnológica repercute nas necessidades educacionais das novas gerações, que precisam ser preparadas para a realidade que vão encontrar quando saírem da escola.

Em 2016, Klaus Schwab, fundador do Fórum Econômico Mundial de Davos, na Suíça, definiu esse momento histórico que estamos vivendo como a 4ª Revolução Industrial, totalmente diferente das anteriores. Segundo ele, a ramificação da comunicação proporcionada pela internet permite uma grande integração física e digital. E a Indústria 4.0 nos leva à Educação 4.0, porque demanda profissões e profissionais que atendam às novas necessidades que vão surgindo a uma velocidade cada vez maior.

Isso quer dizer que a Educação 4.0 precisa responder às necessidades da Indústria 4.0 porque a conectividade global fará com que muitos dos empregos atuais sejam eliminados pela tecnologia, enquanto outros surgirão. As máquinas inteligentes, a automação, os sistemas robotizados, as novas mídias e o *Big Data* demandam o desenvolvimento de novas habilidades e conhecimentos.



A capacitação de pessoas para esta nova realidade é o desafio da escola de hoje, que precisa revolucionar seus métodos e conceitos.

Segundo o *The New Work Order*, estudo realizado em 2015 pela FYA (Foundation for Young Australians), organização australiana que visa a preparar e dar suporte às próximas gerações, a Educação 4.0 deve dar mais ênfase às habilidades digitais e ao empreendedorismo na escola.



Cerca de 70% dos jovens conseguem seu primeiro emprego em posições que serão radicalmente afetadas pela automação, ou sendo extintas ou se tornando, nos próximos dez a 15 anos, muito diferentes do que são hoje



O relatório verificou que na Austrália, por exemplo, os recém-graduados têm dificuldade para encontrar empregos porque os empregadores dizem haver discrepância entre as habilidades requeridas pela indústria e aquelas formadas pelas universidades.

Outra constatação é de que 40% dos cargos atuais têm alto risco de serem afetados pela automação nas próximas duas déca-

das. Mesmo assim, a maioria dos universitários (60%) está sendo treinada em áreas desses cargos. E ainda estima-se que metade dos cargos disponíveis necessitará de habilidades digitais avançadas nos próximos anos.

A pesquisa mostrou que as ocupações que auxiliam os jovens a entrar no mercado de trabalho estão desaparecendo: em torno de 70% dos jovens conseguem seu pri-

meiro emprego em posições que serão radicalmente afetadas pela automação, ou sendo extintas ou se tornando, nos próximos dez a 15 anos, muito diferentes do que são hoje.

Na Educação 4.0, o ensino deve estimular o trabalho colaborativo, valorizando o desenvolvimento de competências criativas, a participação em projetos interdisciplinares, que utilizam conhe-



Na Educação 4.0, as escolas precisam criar ambientes inovadores propícios para o desenvolvimento de projetos que aproximem os alunos dessa nova realidade



cimentos de diversas disciplinas para um objetivo comum.

Nesse novo cenário, é importante que os professores entendam que não basta mais o aluno simplesmente acumular conhecimento. E que entramos na era do “ser”, deixando para trás gradativamente a ideia do “ter” das gerações anteriores.

Na era do “ser”, a compensação e a valorização vêm de forma mais natural e mais coerente com um ambiente cada vez mais colaborativo. Nesse ambiente, os professores devem se colocar como facilitadores que constroem comunidades em torno do aprendizado, talento e habilidades de seus alunos.

Na Educação 4.0, as escolas precisam criar ambientes inovadores propícios para o desenvolvimento de projetos que aproximem os alunos dessa nova realidade. Espaços onde os alunos aprendem fazendo e testando infinitas possibilidades.

É importante destacar que a Educação 4.0 também se aplica ao Ensino Superior, com a individualização e a customização da aprendizagem dos alunos. Muitos dos avanços tecnológicos permitem que as instituições de ensino utilizem conteúdos interativos em vídeos, fazendo com que o aluno esteja cada vez mais engajado com o conteúdo apresentando.

Práticas fortemente enraizadas pelo antigo modelo expositivo, como copiar matérias da lousa ou tirar cópias de livros de alto preço, já estão se tornando coisas do passado. A digitalização de livros e conteúdos nos permite acessar seus conteúdos pela internet.

Para os professores, o *Big Data*, por exemplo, possibilita a coleta e o cruzamento ágil de dados como frequência de alunos e notas para a elaboração de análises e relatórios

completos sobre o desempenho e tendências de aprendizado do estudante.

Com essas informações, os professores podem detectar pontos de dificuldade ou desmotivação dos alunos e elaborar estratégias que eliminem essas deficiências e sirvam de base para a criação de planos para o aprimoramento do Ensino Superior.

Com a automação advinda dos avanços tecnológicos, as salas de



aulas precisam ser mais receptivas. E é imprescindível que os profissionais da educação e do ensino, assim como os gestores e empreendedores, esforcem-se por acompanhar e incorporar as novas tecnologias para aprimorar o processo de aprendizado no Ensino Superior.

Os educadores podem trabalhar com as metodologias ativas e com a tecnologia a partir dessas novas abordagens educacionais que atendem ao perfil dos novos alunos

aqueles que já nasceram no mundo digital, que preferem aprender por meio de experiências e vivências. É o conceito do “aprender fazendo” (do inglês *learning by doing*).

Para os especialistas, é importante destacar que não se trata exclusivamente de ter computador nas escolas. A proposta da atividade ou o desenvolvimento de um projeto devem estar de acordo com os recursos disponíveis, tanto nas escolas quanto fora delas. Porém,

devem contemplar atividades de colaboração, criação, pesquisa e compartilhamentos, que cada vez mais devem fazer parte do processo de ensino e aprendizagem.

Na Educação 4.0, os educadores devem assumir o papel de grandes mediadores e motivadores do uso das novas abordagens e possibilidades na sala de aula, de modo que as atividades, projetos e interação fomentem a autonomia e o protagonismo. ©



A young boy with short brown hair, wearing a blue and white striped shirt, is looking intently at a tablet. A woman with long dark hair, wearing a white and pink striped shirt, is leaning over him, smiling and looking at the tablet. The background is a soft, warm light.

Conecte com a

PARA OFERECER UM MUNDO DE POSSIBILIDADES
A QUEM ENSINA E A QUEM APRENDE.

CENTRAL DE RELACIONAMENTO COM O CLIENTE
0800 772 2300 || www.ftd.com.br

A photograph of a woman with long brown hair and a young girl with long brown hair, both smiling and looking at a laptop screen. The woman is on the left, and the girl is on the right. The image is framed by a blue border. A blue triangle is in the top right corner.

EVOLUIR JUNTOS
É PENSAR ALÉM.

gente

FTD
EDUCAÇÃO
EDUCAR BEM É PENSAR ALÉM.

Para responder ao desafio das novas tecnologias, os professores precisam se adaptar a elas de modo a reter a atenção dos alunos e a aprimorar seus métodos de ensino. Isso implica desenvolver novas formas de aprendizado, abandonando a pedagogia tradicional, na qual cabe ao docente o papel quase exclusivo de conduzir as aulas. É disso que tratam as Metodologias Ativas de Ensino. Estamos falando de uma verdadeira “revolução copernicana” na educação, já que essas metodologias colocam o aluno no centro do processo de aprendizado.

Essas metodologias, relativamente recentes, questionam a tradicional organização hierárquica escolar à qual estamos acostumados. Em instituições de ensino tradicionais, o docente é o centro de todo o aprendizado; cabe a ele passar o conteúdo aos alunos, que se comportam como meros receptores passivos. No caso das Metodologias Ativas, essa hierarquia é invertida, já que o estudante passa a ser o foco. Segundo o psiquiatra norte-americano William Glasser, as pessoas geralmente aprendem lendo (10%), escrevendo (20%), observando e escutando (50%), discutindo com outras pessoas (70%), praticando (80%) e ensinando (95%).

Essa prática estimula fortemente a participação do aluno no processo de aprendizado ao aprimorar as habilidades de trabalho em grupo; a capacidade do estudante de tomar decisões autônomas; e de lidar com conflitos e com diferentes pontos de vista. Dessa maneira, o aprendizado deixa de ser uma via

de mão única, tornando-se a resultante da relação entre os alunos e o professor na sala de aula.

Com mais de 20 anos de experiência como docente, Marcelo Corrêa, doutor em Engenharia Elétrica pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), aponta de que maneira esse método é importante no longo prazo na vida escolar: “Esse processo dialético gera aprendizagem duradoura, produz conhecimentos capazes de servir como base para novos aprendizados, em um movimento contínuo. Com métodos ativos, os alunos compreendem melhor o conteúdo e demonstram satisfação e prazer em aprender. Isso ocorre quando a aprendizagem é significativa, ou seja, quando o que está sendo aprendido faz sentido para o estudante”, declara.

COMO FUNCIONA?

Mais do que uma ação que parte do próprio aluno, existem muitas possibilidades acerca das Metodologias Ativas que auxiliam estes estudantes a obter uma certa autonomia no processo de aprendizado. Marcelo explica que, no Centro Universitário do Leste de Minas Gerais (Unileste), por exemplo, destacam-se as seguintes práticas: Metodologia de Projetos; Estudos de Casos; Utilização de Games; Projetos Integradores; Atividades Práticas em Laboratórios e Minipalestras, entre outras.

Outro ponto importante é o desmembramento de disciplinas, mudando o modelo atual no qual os saberes são colocados em “caixas” individuais e desconexas entre si. No novo método, o trabalho é de-

“

Com métodos ativos, os alunos compreendem melhor o conteúdo e demonstram satisfação em aprender

”

envolvido de maneira integrada, mas para isso é necessário uma organização por parte dos professores. Na Unileste, por exemplo, os alunos são instruídos a desenvolver em cada semestre um estudo com base em algum caso real, de forma que, por meio da pesquisa, conectem os conteúdos aprendidos nas matérias que compõem a grade curricular.

A introdução dessas novas metodologias requer uma verdadeira reeducação de parte dos professores, ainda presos a métodos ultrapassados. O maior desafio é fazê-los compreender que a educação precisa se adaptar ao novo cenário econômico e tecnológico.

O NOVO PAPEL DOS DOCENTES

O fluxo de informações hoje em dia é muito rápido e essa é uma das razões pelas quais o professor, para se adaptar às mudanças constantes, deve buscar ampliar seu repertório em sala de aula. Afinal, como escreveu Marshall McLuhan há mais de 50 anos, “o meio é a mensagem”.



“O estudante se motiva quando vê sentido para sua vida em cada coisa que aprende, além de ter a possibilidade de estudar no seu ritmo e ser respeitado em suas dificuldades e características. O estudante precisa estar ocupado em sala de aula, desenvolvendo e criando coisas que o levem a novos níveis de aprendizagem”, afirma Ernandes Rodrigues do Nascimento, vice-diretor acadêmico da Faculdade Imaculada Conceição do Recife (FICR).

O especialista destaca que, na FICR, o trabalho de formação da docência foi iniciado há quase um ano. Para esse trabalho se tornar possível, foi necessária, num primeiro momento, uma avaliação mais detalhada para que o conjunto de professores pudesse identificar seus pontos fracos e fortes, e assim desenvolver um novo trabalho.

“O primeiro treinamento teve como base as ferramentas do pacote *Google for Education*, que traz uma sala de aula virtual, ferramentas de comunicação e edição de arquivos, possibilitando atividades colaborativas. O segundo treinamento serviu para apresentar aos

professores o ensino híbrido e diversas metodologias ativas. No terceiro treinamento foram abordadas as coreografias didáticas; o método canvas; laboratórios rotacionais; rotação por estações e gamificação. Apenas este ano, após nove meses de treinamento intenso, vários professores inseriram em suas aulas diversas metodologias ativas”, ressalta Ernandes.

LIDANDO COM OS ALUNOS

No que diz respeito ao aprendizado do Ensino Básico, o contato entre docentes e pais de alunos é essencial. Os pais devem ser apoiadores dos alunos em casa, não atuando diretamente na prática e na realização das atividades escolares, mas sim como “pontes” para o aprendizado, estimulando as crianças a aprender por meio da prática.

No caso dos estudantes adultos, o primeiro passo é mostrar-lhes que o método tradicional de ensino já não se aplica ao contexto atual e tampouco atende às expectativas em sala de aula. Com estes, é preciso encontrar maneiras de tornar mais fácil a adaptação aos novos métodos.

As práticas de ensino-aprendizagem mais comuns nas Metodologias Ativas de Aprendizagem são:

- **Aprendizagem Baseada em Projetos ou Problemas (ABP)** – Do original inglês *Project Based Learning* (PBL), esse método tem por objetivo fazer com que os alunos adquiram conhecimento por meio da solução colaborativa de desafios. O aluno deve explorar as soluções possíveis dentro de um contexto específico, utilizando a tecnologia ou os diversos recursos disponíveis. O método incentiva a capacidade de desenvolver um perfil investigativo e crítico diante de alguma situação. Nessa aprendizagem, o professor não deve expor toda a metodologia a ser trabalhada, a fim de que os alunos busquem os conhecimentos por si próprios. Porém, é necessário que o educador dê um *feedback* aos projetos e mostre quais foram os erros e acertos.
- **Estudo de caso** – A prática pedagógica de Estudo de Casos tem origem no método de Aprendizagem Baseada em Problemas. O Estudo de Caso oferece aos estudantes a oportunidade de direcionarem sua própria aprendizagem, enquanto exploram seus conhecimentos em situações relativamente complexas. Relatos de situações do mundo real são apresentados aos estudantes com a finalidade de ensiná-los, preparando-os para a resolução de problemas reais.
- **Aprendizagem entre pares ou times** – A aprendizagem entre pares e times – em inglês, *Team Based Learning* (TBL)

—, como o próprio nome revela, trata da formação de equipes dentro de determinada turma para que o aprendizado seja feito em conjunto e para que haja compartilhamento de ideias. Seja em um estudo de caso ou em um projeto, é possível que os alunos resolvam os desafios e trabalhem conjuntamente, o que pode ser benéfico ao aprendizado. Afinal, com a ajuda mútua, pode-se aprender e ensinar ao mesmo tempo, pois o pensamento crítico é construído por meio de discussões abertas e levando-se em consideração até mesmo as divergências de opiniões.

NA PRÁTICA

Pensando em um contexto geral, Ernandes Rodrigues do Nascimento destaca alguns pontos cruciais para o resultado positivo dessas práticas, que podem ser aplicados em outras instituições de ensino. São elas:

- o apoio e investimento da mantenedora da instituição para a substituição do modelo de ensino tradicional;
- fortalecimento, por parte da direção geral, em todas as ações necessárias para a mudança no processo de ensino e aprendizagem;
- diretores acadêmicos e coordenadores do curso devem considerar vital a substituição do modelo antigo para uma

formação moderna e inovadora;

- engajamento do professor no desafio de mudar a cultura local;
- confiança, por parte dos alunos, no potencial de transformar a educação.

Por fim, a Metodologia Ativa, seja no espaço dos ambientes acadêmicos ou de Ensino Básico, é a melhor opção para as instituições que buscam acompanhar a constante inovação tecnológica e as novas práticas de ensino. E a melhor parte: essa metodologia é ilimitada, não se esgota. O trabalho depende unicamente da criatividade para sair do óbvio e fornecer aos alunos das mais diversas faixas etárias algo novo e atrativo. ©



A AS irá auxiliá-lo na redução de custos com equipamentos de informática e manutenção. Tudo isto sem investimento inicial pelo sistema de locação.

Oferecemos soluções completas para laboratórios de informática e gerenciamento de tecnologia.



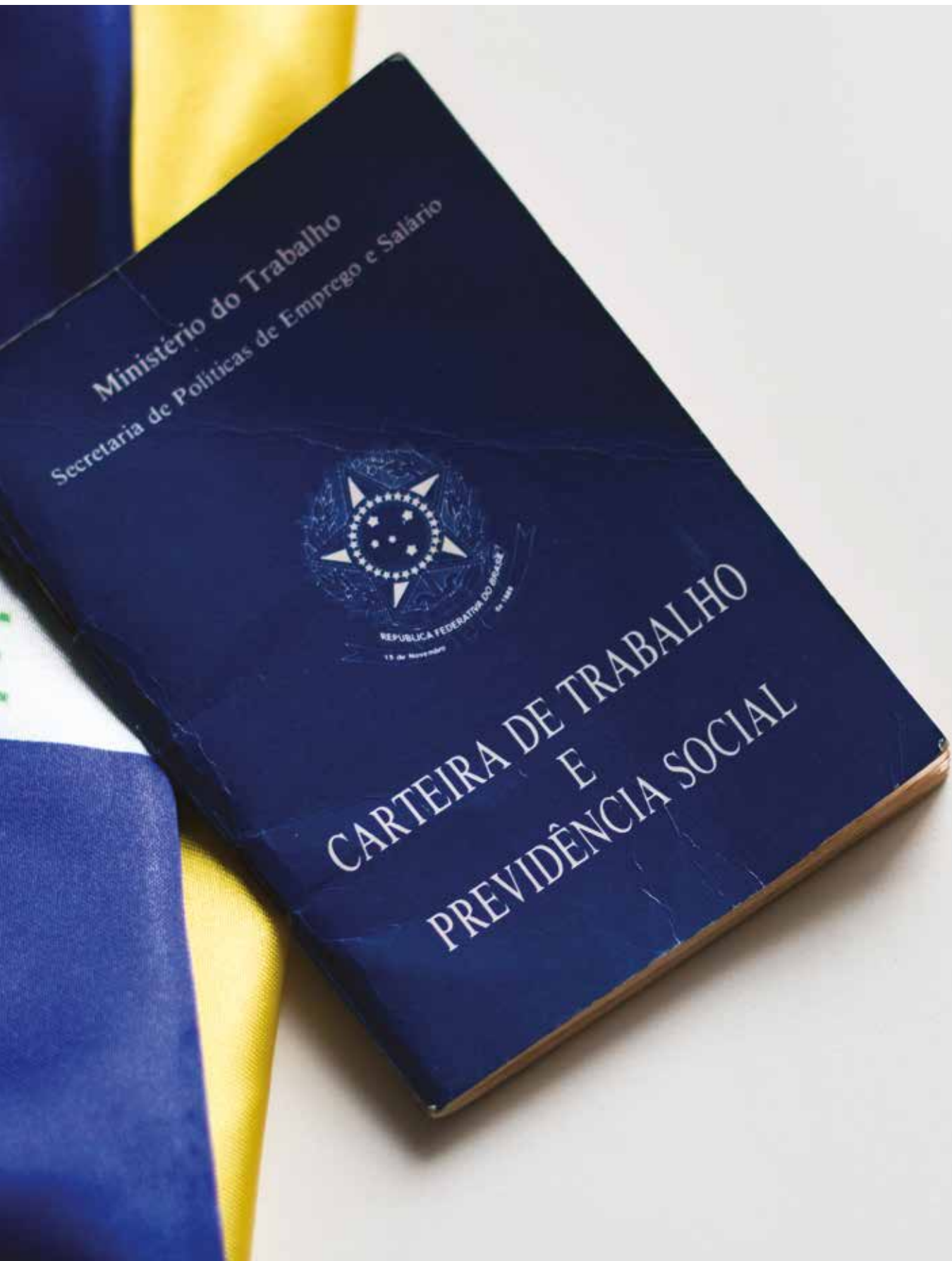
 **INSERÇÃO DE TECNOLOGIA NAS ESCOLAS**
Equipamentos que despertam o interesse pela busca constante por novas descobertas.

 **EXPLORE NOVAS POSSIBILIDADES**
Cada detalhe dos equipamentos foi pensado para tornar o aprendizado mais agradável, seguro e participativo.

 **ENSINO E APRENDIZADO**
Conheça os recursos tecnológicos para a sala de aula, que permitem a exploração de conteúdos de forma interativa e dinâmica.

SUA INSTITUIÇÃO PODE SER ASSIM: DINÂMICA, MODERNA, INTERATIVA E INTERDISCIPLINAR.

SÃO PAULO - FONE.: +55 11 5594-4800 | RIO DE JANEIRO - FONE.: +55 21 2539-2063 | BELO HORIZONTE - FONE.: +55 31 2514-0677
CURITIBA - FONE.: +55 41 3243-2016 | PORTO ALEGRE - FONE.: +55 51 3019-8323 | RECIFE - FONE.: +55 81 3038-0034



Cautela com a Reforma Trabalhista

| Por **Vera Maria Barbosa Costa** (*)

A Consolidação das Leis Trabalhistas, conhecida por todos como CLT, foi criada pelo Decreto-Lei nº 5.452, em 1º de maio de 1943, pelo então presidente Getúlio Vargas, durante o período do Estado Novo.

A CLT unificou toda a legislação trabalhista então existente no Brasil e foi um marco por inserir, de forma definitiva, os direitos trabalhistas na legislação brasileira, tendo como objetivo principal regulamentar as relações individuais e coletivas do trabalho.

Pela própria data de sua criação (1943), é evidente que a mesma se encontrava desatualizada, com necessidade de se adequar às novas relações de trabalho existentes no mundo moderno. O ordenamento jurídico não pode ser estático; deve acompanhar as transformações sociais, culturais e econômicas de cada país.

No Brasil, temos a divisão entre os poderes da República: Legislativo, Executivo e Judiciário, como também ocorre em muitas democracias presidencialistas, sendo necessário que cada poder tenha um papel bem claro a desenvolver, além da sua função de coibir os abusos dos outros poderes.

Nos últimos anos, foi possível presenciar algumas decisões do Ju-

dicário, em especial no âmbito do Tribunal Superior do Trabalho (TST), que “extrapolaram” os poderes que haviam sido concedidos na sua divisão. Essa posição ativista do TST culminou no estabelecimento ou na ampliação do alcance de certos direitos que deveriam ter sido criados, ampliados ou extintos apenas pelo Poder Legislativo. Tal situação deu lugar a uma enorme insegurança jurídica no âmbito trabalhista.

Na verdade, os tribunais trabalhistas mudaram as leis porque o Legislativo era omissivo, não tomando nenhuma iniciativa de alterar a legislação vigente há mais de 70 anos.

Desta forma, em virtude da desatualização da CLT e da atitude ativista da Justiça do Trabalho, a reforma da legislação era uma medida urgente a ser adotada pelo Legislativo. O país precisava dessas mudanças.

O Governo Federal alegou que o objetivo da reforma era combater o desemprego e a forte crise econômica que assolava o país, com recuo no Produto Interno Bruto (PIB) por dois anos consecutivos.

O governo anterior já cogitava em uma reforma trabalhista, na qual previa a livre negociação de questões trabalhistas entre empregadores e empregados; no entanto,

desistiu dela após pressões de centrais sindicais contrárias à proposta.

Após o afastamento da então Presidente Dilma Rousseff, o projeto da reforma trabalhista voltou a tramitar no Congresso e, depois de aprovada nas duas Casas, foi sancionada pelo Presidente Michel Temer em 11 de junho de 2017. A Lei 13.467 promoveu mudanças significativas na Consolidação das Leis do Trabalho.

Inúmeras foram as críticas em relação à nova legislação trabalhista, principalmente quanto ao fato de esta não ter sido discutida com setores importantes da economia e com representantes dos trabalhadores.

O ponto forte da reforma trabalhista foi sobrepor o negociado ao legislado, já que nos termos do art. 611-A, da Lei 13.467/2017, os acordos e convenções coletivas prevalecerão sobre a Lei, respeitados os direitos previstos na Constituição Federal.

Apesar de a reforma trabalhista ter retirado a obrigatoriedade de pagamento das contribuições sindicais, o que poderá enfraquecer alguns sindicatos, por outro lado deu a esses o poder de negociar com empresas, de modo que o acordado nestas negociações se sobreponha ao determinado na legislação, o

que poderá fortalecer os sindicatos mais atuantes no setor.

Com o passar dos anos, o direito coletivo do trabalho deverá ter bem mais relevância do que na atualidade.

Importante salientar que um sindicato mais fortalecido poderá celebrar melhores convenções coletivas para a categoria que representa; daí a importância de participação tanto do empregador, nos sindicatos patronais, quanto do empregado, nos sindicatos laborais.

As empresas também poderão celebrar diretamente com os sindicatos laborais acordos coletivos, sendo que, nos termos do art. 620, da Lei n. 13.467/2017, “as condições estabelecidas em acordo coletivo de trabalho sempre prevalecerão sobre as estipuladas em convenção coletiva de trabalho”.

Em 14.11.2017, apenas três dias após a aprovação da nova legislação, o presidente Michel Temer editou a Medida Provisória nº 808/2017, que alterou vários pontos do projeto original, mudando o teor da redação de quinze artigos.

De fato, a Medida Provisória corrigiu alguns erros absurdos que tinham sido cometidos na redação da Lei 13.467/2017, com clara violação à Constituição Federal. Um desses erros foi o parâmetro que

deveria ser utilizado para a fixação de indenizações por dano moral. Pela lei aprovada, esse parâmetro era o salário do trabalhador; com a MP 808/2017, o parâmetro passou a ser o limite máximo do Regime Geral da Previdência Social.

Na versão original, se um trabalhador perdesse um dedo no exercício de suas atribuições, receberia indenização com base no seu salário, como se um “dedo” de um trabalhador que recebesse um salário de R\$ 1.000,00 valesse menos que o “dedo” de um empregado que recebesse salário de R\$ 10.000,00.

“

Com o passar dos anos, o direito coletivo do trabalho deverá ter bem mais relevância do que na atualidade

”

Nesse ponto, a Medida Provisória corrigiu a nítida violação constitucional praticada pela Lei.

Contudo, apesar dos avanços trazidos pela nova legislação trabalhista, o cenário de incertezas ainda é grande.

Pairam muitas dúvidas sobre como a Justiça do Trabalho vai aplicar a nova legislação, já que a Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (ANAMATRA) defende que a reforma trabalhista viola diversos preceitos constitucionais, tendo, inclusive, editado, em 19 de outubro de 2017, inúmeros enunciados de como devem ser aplicados os novos parâmetros.

E as incertezas não param por aí: além das dúvidas sobre como os juízes trabalhistas se posicionarão acerca das novas normas, há ainda um cenário de muita insegurança em relação à própria legislação.

Isso ocorre porque foram apresentadas à MP 808/2017 inúmeras emendas – a maior quantidade de emendas já apresentadas a uma Medida Provisória, no total de 967.

Assim, existe uma grande possibilidade de a Lei 13.467/17 sofrer ainda mais alterações. Por isso a postura deve ser de cautela. ©

(*) Advogada Sócia do Sarubbi Cysneiros Advogados Associados.





TECNOVISÃO

CONECTANDO VOCÊ AO MUNDO

ATENDEMOS
TODO O BRASIL



Soluções em Tecnologia para Inclusão aprovadas pelo MEC



Linha
Braille
Edge 40



Computador
Braille
Sense U2



Leitor
Autônomo
Smart Reader



Impressora
Braille
Columbia



Impressora
Braille e Tinta
Spotdot



Scanner
com Voz



Ampliador
Go Vision



Lupa
Eletrônica
Candy 5HD II



Lupa
Eletrônica
iLoview 7HD



Software
Ampliador
de Tela
Supernova



Software
Leitor
de Tela
Dolphin



Software
Combo
(Leitor +
Ampliador
de Tela)

*Mais de 8 anos oferecendo
soluções para Sala de Recursos.*

(41) 3319-1915

tecnovisao@tecnovisao.net

www.tecnovisao.net



/tecnovisao

IV Fórum Nacional de Educação Básica e II Fórum Nacional de Agentes de Pastoral debatem o Ensino Católico no Brasil

| Por **Júlio Moreira**

No final do mês de março, a Associação Nacional de Educação Católica do Brasil (ANEC) realizou em São Paulo o IV Fórum Nacional de Educação Básica e o II Fórum Nacional de Agentes de Pastoral. Pela primeira vez em evento conjunto, o encontro teve o objetivo de discutir as ações política, pedagógica e pastoral das instituições católicas e o futuro da educação em uma sociedade ecoplanetária.

Os encontros reuniram um grande número de especialistas católicos em educação, entre eles o cardeal Dom Odilo Scherer, Arcebispo Metropolitano de São Paulo; Bernadete Gatti, Presidente do Conselho Estadual de Educação de São Paulo (CEE-SP); Prof. Rossieli Soares da Silva, Ministro da Educação; Irmão Paulo Fossatti, Diretor-Presidente da ANEC; Padre Roberto Duarte Rosalino, Diretor Financeiro da ANEC; Frei Claudino Gilz, da Pastoral da ANEC; Irmã Adair Aparecida Sberga, Diretora Vice-Presidente da ANEC; e Padre Eduardo Fernandes Rocha, da Pastoral da Educação da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

A educação católica tem uma trajetória de quase de 500 anos no Brasil e hoje participa ativamente das mudanças que acontecem no cenário educacional do País, com destaque para a implantação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que incluir a reforma do Ensino Médio.

O Irmão Paulo Fossatti, presidente da ANEC, deu o tom do encontro em sua fala de abertura. “Hoje, nós, educadores católicos, com mais de dois milhões de alunos, estamos dizendo para a sociedade brasileira que temos uma grande contribuição a dar na educação formal e na educação informal, em todos os níveis de ensino. E principalmente, temos muito a contribuir nas políticas educacionais do nosso país”. Ele também trouxe uma palavra de encorajamento para os pastores e educadores católicos: “não tenhamos medo. Nós temos valores que dignificam a pessoa, que dignificam a sociedade. Olhando para a frente, nós temos milhões de brasileiros que clamam por ajuda para um belo projeto de vida e uma vida plena, uma vida integral. Então, se nós temos estruturas; temos pessoas; temos um belo projeto; temos um conteúdo que nos dá uma excelente fundamentação cristã, por que ter medo? Não tenhamos medo e utilizemos o diálogo para construirmos pontes, somarmos com o governo, somarmos com as comunidades para recuperarmos essa dimensão de que somos todos irmãos neste planeta Terra, casa comum de todos nós”, concluiu Fossatti.

O cardeal Dom Odilo Scherer fez palestra na abertura dos Fóruns, incentivando o ensino católico. “A Igreja, mais do que nunca, reconhece o

trabalho da educação, já que ensinar faz parte da nossa missão aqui na Terra. Todas as instituições e organizações da educação católica devem sentir-se como parte da missão evangelizadora da Igreja e do testemunho dos católicos; da fé da vida cristã e da proposta católica de ver e de modificar o mundo”, disse D. Odilo.

O Ministro da Educação, Rossieli Soares da Silva abriu sua fala lembrando que estudou em escola católica e que hoje o seu filho também recebe educação católica. Ele avaliou o relacionamento do Ministério com a ANEC: “A ANEC tem participado de todos os debates da BNCC, da Reforma do Ensino Médio e de todas as discussões atuais sobre Educação Básica. A Associação é relevante para trazer outras perspectivas e, por isso, o debate deve acontecer e trazer contribuições para que o Ministério da Educação possa levá-las em consideração” disse o ministro.

Para o Padre Eduardo Fernandez Rocha, Coordenador da Pastoral de Educação da CNBB, os dois Fóruns aconteceram em momento muito especial da Igreja no Brasil e no mundo. “A educação é um dos areópagos de atuação dos cristãos leigos e leigas, sujeitos eclesiais. Nas reflexões sobre educação, a CNBB concebe o processo educativo como tarefa do cuidado com a nossa própria existência. Educar para uma sociedade

ecoplanetária impõe-se como um desafio para a educação católica na perspectiva do papado de Francisco. O Pontífice aponta a espiritualidade de comunhão como um possível caminho que nos permitirá forjar consciência como origem comum”, disse o representante da CNBB.

A Irmã Adair Sberga, Vice-Presidente da ANEC, demonstrou sua preocupação de que a educação católica seja uma alternativa ante a comercialização do ensino. “Como instituições católicas, voltadas para a construção de uma humanidade saudável, pacífica e feliz, não podemos aceitar que a educação seja banalizada e comercializada. Queremos um mundo de prosperidade, mas acima de tudo, um mundo de equidade, de fraternidade e de amor ao próximo, como são a identidade e a missão da escola católica e da educação católica. Participamos de todas as audiências públicas relacionadas à Base e construímos uma nota técnica que foi entregue ao Conselho Nacional de Educação, que leu nosso argumento na íntegra e fez questão de manifestar o quanto valorizou o conteúdo do documento. Juntamente com outras entidades afins, entregamos relatórios sobre a defesa da filantropia e, a convite do ministro da Educação, passamos a ter representação no Fórum Nacional de Educação (FNE)”.

Ao final dos eventos, os organizadores do evento divulgaram a Carta de Intenções do IV Fórum Nacional de Educação Básica e II Fórum Nacional de Agentes de Pastoral da ANEC, onde se destacam cinco proposições:

- Que as nossas instituições educativas acolham o documento normativo da BNCC, garantindo os fundamentos do currículo evangelizador. Para isso, é essencial que gestores, pedagogos e professores recebam formação



Participantes debatem o atual cenário do Ensino Superior no Brasil

pastoral, bem como agentes de pastoral recebam formação pedagógica. Acreditamos que a dimensão pastoral precisa permeiar todos os processos decisórios das instituições educativas, contribuindo para o discernimento e para o fortalecimento permanente da identidade católica das nossas unidades;

- Que as nossas instituições educativas, fiéis ao seu compromisso evangelizador, renovem as suas propostas político-pedagógicas e pastorais na perspectiva de educar para o humanismo solidário, professando um testemunho coerente e pertinente para com as demandas sociais e as expectativas de futuro dos estudantes para o mundo do trabalho;
- Que as nossas instituições educativas realizem uma opção para uma educação ecoplanetária, registrando no trabalho pedagógico-pastoral uma mensagem de uma cultura de paz, superando a cultura de violência. Que o nosso testemunho cristão se fortaleça na espiritualidade e seja corajoso frente às manifestações da violência na sociedade, especialmente na mídia;

- Por fim, acreditamos que essas propostas precisam ser fortalecidas pelo acompanhamento sistematizado de um plano que integre as dimensões pedagógica e pastoral das nossas instituições educativas. E, nesse sentido, apontamos como necessário que a ANEC, na sua tríplice missão (gestão política, pedagógica e pastoral) seja orientada por um Plano Estratégico que apoie as instituições educativas em seus desafios, animando-as na missão evangelizadora que realizam.
- Cientes de nosso compromisso efetivo e afetivo no cumprimento da missão da ANEC, agradecemos pela rica oportunidade deste IV Fórum Nacional de Educação Básica e II Fórum Nacional de Agentes de Pastoral e almejamos que Nossa Senhora Educadora continue a guiar e iluminar nossos caminhos.

Os apoiadores deste encontro foram Internacional School, AS Informática, Life Intercâmbios, Edições SM, FTD Educação, TecnoVisão, Oxford University, FAPCOM, Paulus. ©



Seminário de Gestão da ANEC acontece em quatro cidades do País

O Seminário de Gestão da ANEC reuniu palestrantes, especialistas e educadores em Canoas (RS); Belo Horizonte (MG); Recife (PE); e São Paulo (SP) para discutir assuntos de educação básica e gestão de mantenedoras sob diversas óticas. Todos os encontros foram divididos entre assuntos de gestão de Educação Básica e gestão de mantenedoras.

Para o Diretor Financeiro da ANEC, Pe. Roberto Duarte, o Seminário atendeu a todas as expectativas da Associação. “O grande ganho, para todos nós, foi poder conhecer de perto o trabalho da ANEC e a forma de atuação dos

gestores em cada região. Foi um grande trabalho de equipe com o apoio das coordenações nos diferentes Estados. Só temos a agradecer pelo sucesso do evento”, disse.

O **primeiro dia** do seminário foi dedicado ao cenário da Educação Básica e ao processo de atualização das escolas sobre as discussões acerca da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). O encontro teve a participação de diversos palestrantes, que debateram a situação da Educação no país, entre eles Cesar Callegari, Presidente da Comissão de Elaboração da Base Nacional Comum Curricular (BNCC); Prof. Dr. Rony Ahlfeldt, Diretor Ge-

ral do Colégio Marista de Brasília; Francisco Morales, 2º Secretário da ANEC; Ir. Jardelino Menegat, Reitor da Universidade Católica de Brasília e Reitor do Centro Universitário La Salle do Rio de Janeiro.

A proposta da primeira fase foi ampliar o olhar dos gestores sobre as mudanças no Ensino Médio e como as instituições de ensino católicas podem entrar em sintonia com as inovações tecnológicas, sem deixar de lado suas tradições e valores. Os docentes trouxeram à tona algumas discussões sobre como as escolas devem lidar com as mudanças sociais e tecnológicas, de modo a desenvolver novas ações diante



Em Recife/PE, sede de um dos eventos, diversos presidentes de mantenedoras, agentes de pastoral e outros interessados estiveram reunidos

das exigências no universo do trabalho e dos negócios.

Cesar Callegari, descreveu o histórico do documento e suas etapas de consolidação, dando atenção às definições sobre o que a base é e não é. “A BNCC não é currículo. É um conjunto de referenciais para escolas e redes de ensino definirem seus currículos. Ela não deve ser tomada como um modelo obrigatório”, pontuou Callegari. O especialista ainda acrescentou que, para o sucesso da BNCC, é necessário focar na formação continuada de professores e pedagogos, e se disse privilegiado por conhecer e trabalhar com escolas católicas.

Já no **segundo dia**, o debate foi sobre gestão de riscos, tendências, oportunidades na educação e novas tecnologias. Entre os palestrantes, Leandro de Souza, empreendedor e educador da How Education (PR), trouxe várias novidades no campo das tecnologias associadas às novas habilidades

que ampliam as chances de sucesso profissional.

Na sequência, dois painéis deram destaque a um dos aspectos mais importantes da educação: a gestão das instituições de ensino. O advogado Thiago Carvalheiro Criscuolo abordou a questão pelo ângulo do direito de imagem de professores e alunos, que se tornou uma questão polêmica, dos pontos de vista legal e ético, com a exposição gerada pelas redes sociais. Sua apresentação também abordou as leis referentes ao *bullying* e à inclusão de alunos com deficiência, com atenção ao papel e aos deveres da escola para esses casos.

Outra mesa temática, ministrada por Robson Ramos, teve como foco as transformações que a era digital impõe à gestão das instituições de ensino. “A informática é meio e, como todo meio, ela pode ser usada tranquilamente pelas nossas organizações católicas. Não é preciso perder os princípios”, opina. Ramos também defende que as tecnologias sejam usadas para melhorar a aprendizagem: “A pergunta principal que temos de fazer é: a gente vai mudar para que e como? Temos que pensar no ser humano que está lá, o nosso aluno”.

No período da tarde, o tema inicial foi o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), idealizado para ofertar bolsas de estudo e promover a inclusão social. A palestra informativa contou com as falas de Vanda Monteiro Ribeiro, do Grupo de Trabalho (GT) de Assessores da ANEC Nacional e da ANEC/SP, e do Prof. Cyrenio S. Camargo, Coordenador do GT ANEC/SP e membro do GT ANEC Nacional.

Os dois painéis que encerraram o Seminário nas quatro cidades trataram de dois tópicos distintos e

importantes para a gestão das escolas: os impactos da Reforma Trabalhista nas rotinas das instituições de ensino, em palestra do especialista em contabilidade do Terceiro Setor Paulo Canosa; e a gestão estratégica de marketing para captação e retenção de alunos, tema apresentado por Daniela Vasconcelos, Coordenadora de Comunicação e Marketing do Centro Salesiano de São Paulo (UNISAL), e Nilson Leis, Doutor em Economia.

O encontro ainda contou com a participação e palestras de Rochelle Pedroso de Moraes, assistente social; Simone Romanenco, especialista em Administração Hospitalar e Projetos Sociais e Culturais; Aliomar Oliveira, sócio-diretor da Kyryon Consulting; Euvaldo Soares, especialista em Administração Financeira; Jorge Muller, advogado e coordenador da assessoria do SINEP/RS; Liliane Ramos, graduada em Ciências Contábeis; Cristiane Michette, mestre no Programa de Pós Graduação em Geografia – tratamento da Informação Espacial; Francisco Colles, especialista em Direito Público e Direito do Trabalho e Processos do Trabalho; Paulo Canosa, MBA em Gestão Estratégica de Negócios; Jorge Fonseca Filho, contador e professor; Alexandre Leitão, especialista em Ciências Jurídicas; Carla Oliveira, diretoria de comunicação da PUC Minas; Ivan Guimarães, sociólogo com MBA em Marketing; Marcela Sarmento, diretora-geral do Colégio Damas, no Recife; Camila Maciel, jornalista; e Doutor Hugo Sarubbi Cysneiros, assessor Jurídico da CNBB, CRB, ANEC E CONIC.

O Seminário de Gestão foi patrocinado pela International School, pela Life Intercâmbios, pela FTD Educação e pela School Picture. ©

COMBODESIGNERS

Design e Gamificação como apoio à assimilação de conteúdos curriculares do Ensino Médio

Por **Wagner J. Geribello**
PUC Campinas

A calma vespertina da Vila Costa e Silva, em Campinas, SP, típica da área residencial suburbana, também marca corredores e pátios da Escola Estadual localizada no bairro. A única ati-

vidade da escola está concentrada na sala de vídeo, reunindo três alunos e um professor da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUCCamp) e 11 alunos da Escola Estadual Professor Adalberto Prado e Silva, todos envolvidos com o Projeto de Extensão Universitária Combodesigners.

Proximidade e envolvimento caracterizam a reunião, iniciada

com uma exposição dos universitários sobre programas que podem ser usados para desenvolver jogos informatizados, ou *games*, como manda a nomenclatura mais atualizada.

Depois da exposição, o professor organiza um círculo em torno da sua mesa para tratar de conteúdos curriculares do Ensino Médio. Começa a participação dos 11 alunos





A equipe da PUCCamp, os professores Kraide Corte, Daniel Freitas e o aluno Natã Salomão

e alunas das três séries do Ensino Médio, com idades entre 14 e 19 anos, aparência, penteados e roupas típicos dos adolescentes de escola pública. Alguns revelam muita disposição e energia para falar; o comportamento de outros é comedido; diferenças são dirimidas pela habilidade do professor de estimular e monitorar, equalizando a participação. Todos apresentam ideias e sugestões para formar a base do jogo eletrônico que estão desenvolvendo.

Reuniões como esta integram o Projeto criado pelo Professor Doutor Victor Kraide Corte Real, docente e Diretor do Curso de Design Digital da Pontifícia Universidade Católica de Campinas, sob o título *COMBODESIGNERS – Design e Gamificação como apoio à assimilação de conteúdos curriculares do Ensino Médio*. O objetivo do curso é capacitar docentes e discentes de Escolas Estaduais de Ensino Médio de Campinas para desenvolver métodos de aprendizagem baseados

nos princípios do *design* e da gamificação, ampliando a assimilação dos conteúdos formais da grade curricular, via construção/experimentação de técnicas inovadoras de aprendizagem.

Isso significa compartilhar conhecimentos e habilidades da área do *design*, que levem alunos e professores a melhorar resultados de ensino/aprendizagem, elaborando e colocando em prática jogos lúdicos, baseados em temas transdisciplinares do conteúdo curricular do Ensino Médio.

OBJETIVOS

Segundo Kraide, o cerne do Projeto reside no conceito de “gamificação”, ou seja, a utilização da mecânica dos jogos em atividades que não estão no contexto destes, motivando a ação para auxiliar na solução de problemas e na promoção de aprendizagens.

São aplicados elementos presentes na mecânica dos jogos como princípios da gamificação: narrativa,

desafio, conflito, cooperação, objetivos, níveis, regras claras, tentativa e erro, sistema de *feedback* e recompensa, diversão e interação, criando situações capazes de mobilizar e engajar determinado público para realizar ações específicas e/ou assimilar conteúdos de forma lúdica.

Métodos e estratégias nos projetos de gamificação incorporam os principais elementos dos jogos tradicionais (analógicos, físicos) e avançados (eletrônicos, digitais):

- Missão bem definida, indicando claramente o que fazer para alcançar a vitória;
- Sistema de pontuação eficiente (recompensa/*feedback*), diversificado, justo, crescente, possibilitando a recuperação/superação de equipes;
- Narrativa e estratégia bem definidas (Níveis/Fases), permitindo envolvimento na história e aderência às tarefas realizadas;
- Tarefas claras/evidentes/organizadas, refletindo em nível de dificuldade adequado e aderência ao público-alvo;
- Criatividade, permitindo unir elementos conhecidos de forma diferente.

Graduado e mestre em Comunicação Social pela Universidade Metodista de Piracicaba, doutor em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo, professor da PUC-Campinas há nove anos, Kraide explica a íntima relação do *design* com projetos de gamificação: “O substantivo *design* é uma palavra ainda recente no Brasil; em inglês se refere à ideia de plano; quanto à sua configuração, arranjo, estrutura; porém, a origem mais

remota está no latim *designare*, verbo com sentidos de designar e desenhar. Ambas definições concordam que *design* opera a junção desses dois níveis, atribuindo forma material a conceitos intelectuais, atividade que gera projetos, no sentido objetivo de planos, esboços ou modelos”.

MÉTODO

Um dos pilares da Política de Extensão da Pontifícia Universidade Católica de Campinas é a autonomia das entidades ou comunidades parceiras. Os projetos precisam ter, sempre, perfil de participação social, voltados para ensinar ou preparar determinada entidade ou comunidade a detectar, equacionar e resolver problemas próprios. Isso envolve intenso envolvimento participativo da comunidade ou entida-

de parceira em todas as fases dos Projetos de Extensão, bem como sua capacitação para reproduzir e aprimorar, autonomamente, as soluções decorrentes.

Atuando com um aluno bolsista de Extensão e três alunos voluntários, todos do Curso de Design Digital da PUC-Campinas, Kraide atendeu a essa demanda envolvendo alunos, professores e a direção da escola parceira em todas as fases do Projeto, partilhando responsabilidades pelo equacionamento das questões e a apresentação de soluções para construir os jogos que polarizam a empreitada.

O método para abordar e envolver a clientela parceira, despertando seu interesse e, por fim, arregimentando sua participação efetiva, compreende oficinas de prototipagem e práticas educacionais. A troca de conhecimento entre todos é dialógica e participativa, objetivando materiais interativos e gamificados, baseados no conteúdo da educação formal.

Para criar uma estratégia educacional gamificada envolvente, que promova o aprendizado de conteúdos escolares, o Projeto compreende etapas, que Victor Kraide e os acadêmicos extensionistas cumprem com 20 alunos, diversos professores e acompanhamento da Diretoria da E. E. Adalberto Prado e Silva.

Kraide explica que as etapas seguem orientações metodológicas que aplicam a lógica dos *games* ao processo de ensino/aprendizagem e aproximam os conteúdos de educação formal da “geração *gamer*”. Elas incluem: a) experimentação de vários caminhos para solucionar problemas, respeitando características pessoais; b) ciclos de *feedback* para visualizar o efeito das ações rapidamente, estimulando a procu-

ra de novos caminhos, diferente da demora da apresentação de resultados do ensino formal; c) variação da dificuldade das tarefas, mantendo o desafio no limite das habilidades e competências do aluno, estimulando a superação e o crescimento intelectual, no ritmo do próprio aluno; d) divisão de tarefas, que permita aquisição gradual de conhecimento; e) aceitação do erro como parte de processo de aprendizagem, ao contrário da intolerância verificada na educação tradicional; f) conhecimento do contexto (história do *game*) para justificar ações e objetivos, diferente do ensino apartado do contexto; g) estímulo à competição e colaboração, valorizando a socialização do/no aprendiz; h) aprendizado como exercício divertido, agradável e compensador.

ENVOLVIMENTO, PARTICIPAÇÃO E RESULTADOS

Combodesigners está na fase inicial, mas já revela resultados positivos que descortinam horizonte promissor para o Projeto.

O entusiasmo dos alunos é perceptível e decorre, antes de tudo, da predisposição de atuar com elementos que exercem forte atração sobre os jovens.

Um dos alunos participantes, Natã Salomão Fatioli, 15 anos, explica: “sempre gostei muito de *games*, programação e tecnologia, quero cursar Engenharia de *Software* e o Projeto é uma ótima oportunidade para me desenvolver mais nesse ramo. Além disso, ele vai me ajudar aqui e agora, no Ensino Médio, a adquirir conhecimento enquanto me divirto, fixando o que aprendi, aumentando meu interesse pelas coisas e buscando mais conhecimento”.

Em nome de Escola e docentes participantes, o diretor, Daniel



Aleid Paschoal Freitas, abraçou com entusiasmo o Projeto, que poderá irradiar-se para outras unidades da rede estadual de ensino, objetivo desdobrado, previsto pelo professor Kraide.

Reflexos compensadores já aparecem no processo educacional, expectativa confirmada pelo comportamento do aluno, que lamentou o final de uma reunião, exclamando “o que é bom, dura pouco!”, definindo, em uma frase, os componentes educacionais essenciais do Projeto Combodesigners da PUC-Campinas: envolvimento e prazer, para ensinar mais e aprender melhor. ●

CURSO DE DESIGN DIGITAL – PUC-CAMPINAS

Com duração de oito semestres e 2.689 horas de carga horária, o Curso de Design Digital da PUC-Campinas forma profissionais com conhecimento em *design* e tecnologia digital, preparados para atuar com mídias interativas e com filmes de animação, desenvolver planos de negócios na gestão de *design*, refletir sobre as tecnologias digitais e suas formas de utilização em produtos e serviços de *design*, capazes de contribuir com a proposição e desenvolvimento de novos produtos e serviços em que os recursos da tecnologia digital proporcionem diferentes e importantes níveis de interatividade, estabelecendo procedimento profissional compatível com os novos tempos.

Ver <https://www.puc-campinas.edu.br/graduacao/design-digital/>

School
Picture®
Um momento. Um click. Uma história!

Soluções para seu Colégio



Identificação Escolar



Aplicativo de Comunicação



Formaturas



XI Fórum de Mantenedoras da ANEC abordará **inovação e tecnologia em sua programação**

Evento terá lugar junto à Assembleia Geral Ordinária da ANEC, durante os dias 20 e 21 de setembro, em Brasília

A constante revolução tecnológica que nossa sociedade experimenta tem impactado consideravelmente as salas de aula, com notáveis mudanças nos métodos de ensino – e estas vão muito além do laboratório de informática ou da sala de vídeo. Tanto que as escolas de Ensino Fundamental e Médio vêm dando espaço para uma educação mais conectada à nova realidade tecnológica.

Para discutir essa temática, a Associação Nacional de Educação Católica do Brasil (ANEC) promove, nos dias 20 e 21 de setembro, em Brasília, o XI Fórum Nacional de Mantenedoras e a X Assembleia Geral Ordinária da ANEC. O encontro, a ser realizado no Hotel Royal Tulip Brasília Alvorada, traz o tema *Educar ao humanismo solidário: interface entre a inovação, a tecnologia e pedagogia*, e pretende reunir presidentes, reitores, diretores e gestores das instituições de ensino católico.

Métodos antigos de ensino estão caindo em desuso. Já há inúmeros docentes que tiram proveito das novas tecnologias, tornando as aulas mais atraentes e o aprendizado mais interessante para os alu-

nos. Apesar de serem disruptivas, as novas tecnologias devem ser encaradas como aliadas do processo de aprendizagem e de educação. Para isso, é necessário um esforço por parte dos professores de forma que as novas tecnologias sejam utilizadas de maneira contextualizada e apropriada.

É o que comenta Leandro Henrique de Souza, empreendedor, educador palestrante, mestre em Ciência, Gestão e Tecnologia da Informação e graduado em Gestão da Informação, ambos pela UFPR, que irá palestrar sobre o assunto no IX Fórum de Mantenedoras da ANEC. “A inserção da tecnologia na educação precisa ser pensada a partir de todas as revoluções que ela pode trazer – o usuário no centro do processo; a democratização; a acessibilidade e a eliminação do trabalho mecânico – para, então, se redesenhar o processo como um todo, efetivamente centrado em cada uma dessas revoluções tecnológicas”, diz

Em tempo de *smartphones*, Leandro acredita que não há como os professores competirem com o YouTube, por exemplo; não obstante, existem maneiras de driblar essa

atenção que os alunos dispensam aos *smartphones* e às redes sociais por meio de práticas de ensino que estão ligadas diretamente às inovações atuais.

SALA DE AULA INVERTIDA

Uma dessas inovações é a *Flipped Classroom* (Sala de Aula Invertida), que propõe uma mudança completa no método tradicional de aprendizado. De modo simples, a lição de casa deve ser feita em sala de aula enquanto as tarefas do dia a dia devem ser realizadas em casa. Assim, o papel do professor deixa de ser o de um transmissor direto de conhecimentos para se transformar no papel de um mediador, o que proporciona um maior engajamento dos alunos no aprendizado.

PROCESSO DE APRENDIZAGEM ADAPTATIVA

Na Sala de Aula Invertida, a responsabilidade do professor é ficar atento às individualidades de cada estudante, de forma que estes recebam um ensino adaptado às suas necessidades. Por mais complexa e trabalhosa que possa parecer esta



Em uma realidade disruptiva, como a que é trazida pela revolução tecnológica constante, a educação deve avançar dialogando com essas tecnologias

técnica, ela imprime ao aprendizado, com o auxílio da tecnologia, um ritmo mais flexível, que tem como objetivo principal entender e atender melhor às necessidades do aluno.

SUPERANDO ADVERSIDADES

Sabemos que as escolas brasileiras, principalmente as de ensino público, sofrem constantemente pela falta de materiais, estrutura, professores qualificados, entre outros fatores. Apesar disso, no que diz respeito aos avanços tecnológicos e a aplicação em sala de aula, Hen-

rique de Souza acredita que, ao repensarmos o ensino em geral, poderemos, futuramente, tornar possível novas perspectivas para as escolas.

“No que diz respeito à tecnologia, o investimento é indispensável. Se o processo de educação for revisto e repensado de modo a exigir que os alunos usem a internet, não há criatividade de professor que substitua a *web*. Agora, se entendermos que espaço físico não é necessário em 100% do tempo; que esse espaço custa muito para ser construído e mantido, e que esse investimento pode ser redirecionado, temos esperança, sim, de obter os recursos necessários para obter os avanços tecnológicos requeridos. Mas isso só acontecerá depois da transformação do processo de educação como um todo”, reforça o mestre.

NOVAS PERSPECTIVAS

Em uma realidade disruptiva, como a que é trazida pela revolução tecnológica constante, a educação deve avançar dialogando

com essas tecnologias. É necessário estar atento para que os métodos de aprendizado acompanhem sempre essas mudanças, aproveitando todas as oportunidades para pegar carona nessas transformações. Caso contrário, seremos rapidamente ultrapassados por essa nova realidade.

“Não sei dizer qual será a próxima mudança, mas ela será rápida, disruptiva e exponencial. É para isso que precisamos nos preparar, mantendo a cabeça aberta”, destaca o professor Leandro Henrique de Souza. Para ele, devemos observar fenômenos recentes, como a inteligência artificial e a Internet das Coisas (IoT, das iniciais em inglês), para responder à questão: de que maneira esses novos avanços poderão contribuir positivamente com a educação do País?

Para mais informações do XI Fórum de Mantenedoras da ANEC e da Assembleia Geral Ordinária da ANEC, visite o site www.anec.org.br/assembleia2018.@



Lançamentos

PIMPÃO

2018



Quer saber
mais?

Ligue agora e descubra
os novos lançamentos da
Pimpão para 2018



pimpao@pimpao.com.br

 (41) 99954 6869

 (41) 3212 7833

CONHEÇA OS Parceiros DA ANEC





Quer conhecer os benefícios de um parceiro da ANEC?
Entre em contato conosco através do e-mail
comunicacao@anec.org.br



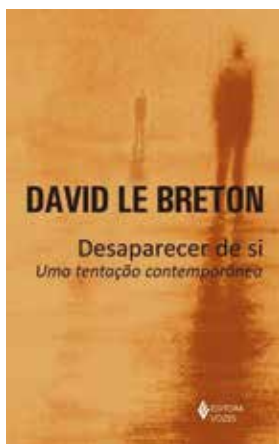
EDITORA BOM JESUS

Título: Muito Mais que História

Autor: Rose Uy e Viola Massarenti

Páginas:

Sinopse: Em forma de versos e de maneira simplificada, o livro traz informações históricas e geográficas, além de importantes lições de valores, incentivando as crianças a pesquisarem e aprenderem desde pequenas sobre diversos temas.



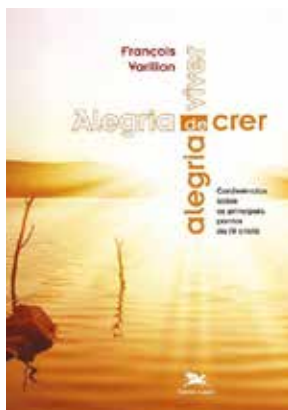
EDITORA VOZES

Título: Desaparecer de Si

Autor: David Le Breton

Páginas: 224

Sinopse: O “branco” pode afetar homens e mulheres comuns que chegam a um esgotamento total tentando assumir seu personagem. É esse estado particular fora dos movimentos do vínculo social em que desaparecemos por um tempo do qual, paradoxalmente, temos necessidade para continuar a viver. David Le Breton oferece um livro capital que nos ajuda a compreender por que tantas pessoas hoje se deixam levar, são tomadas por “uma paixão pela ausência” face a um mundo que tudo tenta dominar e marcado por uma busca desenfreada de sensações e de aparência.



EDITORA LOYOLA

Título: Alegria de crer, alegria de viver

Autor: François Varillon

Páginas: 264

Sinopse: Há livros que marcam e impactam a consciência e a existência de gerações. Alegria de crer, alegria de viver é um deles. Em resposta ao desafio de apresentar os pontos essenciais da fé cristã, François Varillon conseguiu dar uma visão apaixonante da mensagem e do amor cristãos. E nos lembra: “Jesus nos diz: você vale mais do que crê”.

Ftd educação

CARTA DE SERVIÇOS

Você também
é ANEC!

Para melhorar o relacionamento com nossas associadas, a gestão 2018/2020 da ANEC lançou sua Carta de Serviços. Um documento que pretende informar os serviços prestados por esta instituição para todos que tenham interesse em conhecer mais sobre os nossos trabalhos.

Este material está disponível na íntegra em nosso site.
Basta acessar: www.anec.org.br/servicos



HISTÓRIAS QUE ENCANTAM AUTORES QUE INSPIRAM



Um catálogo de autores consagrados,
com mais de 2 mil títulos da Educação
Infantil ao Ensino Médio.



A FTD Educação, vencedora pelo terceiro ano consecutivo do Prêmio Top Educação na categoria Literatura Juvenil, agradece por este reconhecimento tão importante para quem é apaixonado por literatura.

Conheça o catálogo completo no site.
CENTRAL DE RELACIONAMENTO COM O CLIENTE
0800 772 2300 || www.ftd.com.br

FTD
EDUCAÇÃO